



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



SÃO PAULO, O MERCADO DE CAPITALIS E O CIRCUITO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

André Buonani Pasti

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Bernardes da Silva

CAMPINAS

2010



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA



SÃO PAULO, O MERCADO DE CAPITALIS E O CIRCUITO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Monografia de conclusão do curso de
graduação em Geografia apresentada no
Instituto de Geociências da Universidade
Estadual de Campinas.

André Buonani Pasti

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Maria Bernardes da Silva

CAMPINAS

2010

*aos professores do GEOPLAN,
Adriana, Márcio e Ricardo,
pelo exemplo e inspiração
à carreira acadêmica.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Prof^a. Adriana Bernardes pela paciente, dedicada e rigorosa orientação e por ter inspirado, desde o início de minha formação universitária, o interesse pela ciência geográfica e pela pesquisa acadêmica. Fico bastante motivado ao observar sua dedicação séria e rigorosa à orientação, à pesquisa e ao nosso curso de graduação. Aos demais professores do departamento de Geografia do IG/Unicamp, especialmente Ricardo Castillo, Márcio Cataia e Vicente Lemos, meu agradecimento pelas constantes contribuições em aulas e conversas.

Por ajudarem – com paciência – em minha aproximação com o tema do mercado de capitais, agradeço ao Rodrigo Gonçalves e ao Luiz Cláudio. Aos amigos do grupo de pesquisa Círculos de Informação, Urbanização e Território e do GEOPLAN, meu agradecimento pelas frutíferas discussões e por todas as contribuições que trouxeram ao trabalho. Agradeço em especial Eduardo Sombini e Leandro Trevisan pelas leituras, críticas e sugestões, e a Alcides Manzoni Neto e Patrícia Merlin pelos diálogos sempre proveitosos.

A todos os demais amigos do IG, destacando Carlos, Carol, Cezar, Elias, Daliane, Dante, Fábio, Léo, Livia, Melissa, Paula e Wellington, agradeço pelos diálogos e empreitadas que enriqueceram minha formação e este trabalho. A Jô, Creuza e Aníbal, pelo suporte e pela prazerosa convivência. Sou grato, também, aos colegas da AGB-Campinas, especialmente Fabrício, Marcel e Cristiano, pela dedicação conjunta aos projetos em defesa da geografia para além do dia a dia da universidade.

Aos grandes amigos do CAS, presentes diariamente, também agradeço, destacando as leituras e debates com Lucas Andrietta e o apoio técnico de Thiago Balthazar e Ricardo Righetto. Pelas provocações e senso crítico apurado que direta e indiretamente contribuíram para este trabalho, agradeço ao meu irmão, Henrique. À minha família e à Taís agradeço por todo o suporte, incentivo e apoio.

Por fim, em especial, deixo meus sinceros agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, que através das bolsas de iniciação científica viabilizaram financeiramente a pesquisa que deu origem a esta monografia.



Tirania do dinheiro e tirania da informação são os pilares da produção da história atual do capitalismo globalizado. Sem o controle dos espíritos seria impossível a regulação pelas finanças. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e a permissividade do comportamento dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida.

- Milton Santos, Por uma outra globalização

RESUMO

A cidade de São Paulo centraliza, no atual período, o comando do mercado de capitais brasileiro, monopolizando toda a negociação de ações do país através da bolsa BM&FBovespa e abrigando diversos agentes desse mercado. Como os sistemas técnicos que dão suporte ao mercado de capitais hoje são baseados na informática e na informação atualizada em tempo real, a centralidade financeira passou a se definir, também, pela presença de um circuito ligado à produção e circulação de informações.

Buscamos, no presente trabalho, compreender como a cidade de São Paulo se reorganiza a partir desse abrigo ao comando do mercado de capitais brasileiro e ao circuito da informação financeira. Dessa forma, esperamos contribuir para o entendimento das tendências atuais da urbanização brasileira e dos novos conteúdos do território brasileiro a partir de duas variáveis-chave do período histórico atual: *finanças* e *informação*.

Os fluxos de informação financeira chegam como verticalidades aos lugares, regendo ações definidoras das transformações dos territórios nacionais especialmente no terceiro mundo. Investigamos, aqui, esses novos conteúdos que chegam ao território brasileiro e, especialmente, a São Paulo, metrópole financeira e informacional do país.

Ancorados no discurso da “cidade global”, e mais recentemente do “centro financeiro latino-americano”, projetos modernizadores são implantados em São Paulo, seletivamente em algumas áreas de centralidade econômica. Esses projetos são impulsionados pelo mito do crescimento e baseados fortemente em uma psicosfera que defende um “poder de sinergia” dessas áreas para o crescimento da cidade, supondo que os problemas da desigualdade socioespacial seriam automaticamente resolvidos. Os subespaços de São Paulo que abrigam as atividades hegemônicas – com destaque às ligadas ao mercado de capitais – passam, assim, a receber grandes quantias de investimento público.

A partir desses novos conteúdos que fazem parte da reorganização recente da cidade, São Paulo revela a urbanização corporativa que está em curso no território brasileiro. Observamos São Paulo como uma metrópole corporativa e fragmentada, voltada à solução dos problemas dos agentes econômicos hegemônicos, com o Estado utilizando os recursos para fomentar essas atividades em lugar de responder às demandas sociais, tendo como resultado um agravamento da desigualdade socioespacial.

Palavras-chave: São Paulo, mercado de capitais, finanças, informação, urbanização

ABSTRACT

Nowadays, the city of São Paulo centralizes the command of Brazilian stock market, hogging all the country's stock trading through the stock exchange BM&FBovespa, and sheltering several agents of this market. Such as the technical systems that support the capital market today are based on computer science and real time information, the financial centrality is, now, also defined by the presence of a circuit connected to the production and circulation of information.

We seek in this study to understand how the city of São Paulo is reorganized due to the command of Brazilian capital market and the financial information circuit. Thus, we hope to contribute to the understanding of current trends in Brazilian urbanization and the new contents of the Brazilian territory based on two key variables of the current historical period: *finance* and *information*.

The financial information flows arrive as verticalities to places, conducting defining actions to the transformation of national territories, especially in the third world. We investigate, here, these new contents coming to the Brazilian territory, especially to São Paulo - the financial and informational metropolis of the country.

Based on the discourse of "global city", and most recently on the idea of becoming a "Latin American financial center", modernizing projects are implanted in São Paulo, selectively in some areas of economic centrality. These projects are driven by the myth of growth and based on a psychosphere which defends a "power of synergy" of these areas for the whole city growth, assuming that the problems of sociospatial inequality would be automatically solved. Therefore, the areas of São Paulo that harbor hegemonic activities - especially those related to capital markets - receive large amounts of public investment.

From these new contents that are part of the recent reorganization of the city, São Paulo reveals the corporate urbanization that is underway in Brazil. We consider São Paulo as a corporate and fragmented metropolis, focused on solving the problems of the hegemonic economy agents, with a State that uses resources to promote these activities instead of responding to social demands, resulting in an increasing of sociospatial inequalities.

Keywords: São Paulo, stock market, finances, information, urbanization

ÍNDICE DE MAPAS, FIGURAS E QUADROS

Mapa 1: Profissionais do mercado de capitais no Brasil, por Unidade da Federação (2008)	19
Mapa 2: Profissionais do mercado de capitais no Estado de São Paulo, por município (2008)	20
Mapa 3: Agências de notícia da Bloomberg no mundo (2009).....	32
Mapa 4: Escritórios de serviços da Bloomberg no mundo (2009)	32
Mapa 5: Distribuição de corretoras de valores no Brasil por Unidade da Federação (2008)	38
Mapa 6: Distribuição de corretoras de valores por município – Estado de São Paulo (2008).....	39
 Figura 1: Organograma institucional da BM&FBovespa, após a fusão entre Bovespa e BM&F.	15
 Quadro 1: Síntese das principais normas do mercado financeiro e de capitais brasileiro.....	13
Quadro 2: Ocupações do mercado financeiro e de capitais presentes na Classificação Brasileira de Ocupações - 1982 e 2002.....	16
Quadro 3: Sinônimos da ocupação “Corretor de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos” reconhecidos na CBO 2002.....	16
Quadro 4: Ocupações do profissional do mercado financeiro e de capitais reconhecidas pela APIMEC (2010).....	17
Quadro 5: Tipologia da informação financeira de suporte ao mercado de capitais.....	26
Quadro 6: Principais índices com influência no mercado de capitais brasileiro.....	27

SIGLAS

ABAMEC: Associação Brasileira do Mercado de Capitais

ANBID: Associação Nacional dos Bancos de Investimento

ANBIMA: Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

ANCOR: Associação Nacional das Corretoras

ANDIMA: Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais

BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros

BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

BMSP: Bolsa de Mercadorias de São Paulo

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BOVAP: Bolsa de Valores Políticos

BOVAPP: Bolsa de Valores Pernambuco e Paraíba

BOVESBA: Bolsa de Valores da Bahia-Sergipe-Alagoas

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo

BOVMESB: Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília

BRAIN: Brasil Investimentos e Negócios

BVPR: Bolsa de Valores do Paraná

BVRg: Bolsa de Valores Regional

BVRJ: Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

BVS&A: Bolsa de Valores Sociais e Ambientais

CATS: Computer Assisted Trading System

CBO: Classificação Brasileira de Ocupações

CLBC: Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia

CME: Chicago Mercantile Exchange

CNB: Comissão Nacional de Bolsas

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DMA: Direct Market Access

FEBRABAN: Federação Brasileira de Bancos

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FMI: Fundo Monetário Internacional

GTS: Global Trading System

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBMEC: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

IEE: Índice de Energia Elétrica

IGC: Índice de Governança Corporativa

IGP-M: Índice Geral de Preços do Mercado

IMOB: Índice Imobiliário

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

ITEL: Índice Setorial de Telecomunicações

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

TI: Tecnologias da Informação

SUMÁRIO

1 Introdução.....	1
2 A informação e a dinâmica do território no período atual.....	4
3 Urbanização e evolução do mercado de capitais no Brasil.....	7
Formação pretérita do mercado de capitais brasileiro.....	7
Das bolsas regionais à hegemonia de São Paulo.....	8
4 A nova configuração do mercado de capitais brasileiro sob o impulso da Globalização.....	10
Reorganização do mercado de capitais brasileiro e a densidade normativa.....	10
Os novos sistemas técnicos e os pregões da bolsa.....	21
5 O circuito da informação financeira: novos conteúdos, novos agentes.....	24
A informação financeira e o mercado de capitais brasileiro.....	24
As agências de rating e a informação financeira como vetor de reorganização do território brasileiro.....	28
A produção de informações financeiras a partir das agências globais.....	30
A psicosfera de suporte ao capitalismo financeiro e o circuito da “educação financeira”.....	33
A redistribuição de informações financeiras.....	35
6 São Paulo e o comando das finanças e da informação financeira.....	37
Do comando centralizado do mercado de capitais brasileiro ao projeto de centro financeiro latino-americano.....	37
O mercado de capitais e a urbanização corporativa da cidade de São Paulo.....	41
7 Considerações finais.....	45
8 Referências bibliográficas.....	47

1 INTRODUÇÃO



A cada momento de transformação para uma nova forma-conteúdo, São Paulo, essa grande cidade tropical, aliança um reforço a sua metropolização e segue mantendo sua primazia. Trata-se de uma trama permanentemente em construção envolvendo o mundo, a formação socioespacial e o lugar metropolitano” (SILVA, 2001, p. 237).

A cidade de São Paulo tem seus contatos com o mundo e o Brasil acentuados desde o final da Segunda Guerra Mundial e em especial a partir dos anos 1990, quando se tornou conexão privilegiada das redes globais de finanças e informação no Brasil. Entre essas redes encontra-se o mercado de capitais globalizado, cujo comando no país se dá a partir da metrópole paulistana.

Neste trabalho tratamos fundamentalmente de duas variáveis que consideramos extremamente relevantes para a compreensão das mudanças em curso nos territórios e na sociedade: *finanças e informação*. Parte-se, aqui, da proposta de Milton Santos para uma geografia do presente, embasando-se fortemente em suas contribuições à produção de um sistema conceitual interpretativo do mundo atual.

Investigamos, portanto, o movimento das bolsas de valores – e, assim, do mercado de capitais – no processo de financeirização do território brasileiro, a partir das transformações na cidade de São Paulo com o abrigo ao comando desse mercado. O estudo se dá, portanto, sob o olhar da geografia, isto é, partindo do espaço geográfico.

Conforme Isnard (1982, p. 109), o espaço geográfico é concebido pela sociedade para realizar seu projeto, sendo sua produção e organização ao longo do tempo um campo de disputas, conflitos e embates. Daí resulta a configuração histórica de um sistema-mundo hierárquico e desigualmente desenvolvido. É preciso, portanto, compreender a constituição, a natureza desse espaço historicamente projetado, produzido e tornado condição para o funcionamento do mundo contemporâneo.

O espaço geográfico da atualidade, segundo Santos (2006 [1996], p. 63), se define

como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Observamos uma presença cada vez maior das finanças como centro da vida contemporânea e elemento constitutivo do espaço geográfico. O dinheiro se tornou o “elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história” (SANTOS, 1999, p. 10) e hoje poucas atividades ditas “econômicas” se fazem sem o acesso a algum tipo de instrumento financeiro (CONTEL, 2007, p. 2). As aplicações financeiras e os fluxos de capital têm, hoje, destaque tanto sobre os fluxos de dinheiro para o investimento produtivo quanto sobre os fluxos de mercadorias (ARROYO, 2006, p. 178-179).

A questão das finanças, embora importantíssima para a compreensão do período atual, não é suficientemente estudada e é pouco compreendida na maioria das ciências sociais, incluindo a geografia.

O mercado financeiro engloba o mercado de capitais, as atividades bancárias, de crédito, de câmbio e de seguros. O mercado de capitais é o segmento do mercado financeiro onde se realizam as operações de compra e venda de ações e títulos mobiliários – isto é, títulos com valor financeiro que podem ser negociados – efetuadas entre empresas, investidores e/ou poupadores (BOVESPA, 2008b).

A origem do mercado de capitais no mundo remete às feiras e mercados especializados, na Europa, ainda na Idade Média. De acordo com Ferreira (2007, p. 11), a origem do termo “bolsa” remonta à casa de negociação da família Van der Buerse, localizada onde hoje se situa a Bélgica, tida como tradicional centro de negócios: de *buerse* para *bourse*, em francês, e para bolsa, em português. Conforme Mumford (2005, p. 447), a instituição que assinalou o ponto capital do desenvolvimento da cidade comercial foi a Bolsa, e é nas cidades que se estabeleceram estes centros de trocas.

Entre o surgimento das Bolsas e o período atual o mundo passou por muitas mudanças. A globalização se impõe hoje no mundo e as finanças perpassam as fronteiras nacionais (GOLDFINGER, 1986, p. 10). Essa mundialização das finanças caracteriza mutações profundas no sistema mundo, na medida em que contribui para amplificar os fluxos e as influências dominantes, interessando à análise geográfica, particularmente aos estudos urbanos (BÉTEILLE, 1991, p. 10).

Conforme Labasse (1974, p. 95-97), as funções financeiras são, juntamente com

a função política, as mais urbanas de todas. O desenvolvimento do mercado de capitais e das bolsas de valores, assim, acompanha o desenvolvimento das cidades, em especial das metrópoles que concentram as atividades financeiras.

No período histórico atual há também uma mutação “revolucionária para toda a humanidade”, a *revolução informacional* (LOJKINE, 2002, p. 11), quando a informação emerge como elemento que organiza novos contextos socioterritoriais, e “as novas atividades produtoras de informação, agrupadas no setor quaternário da economia, são centrais à elaboração e coordenação das múltiplas redes planetárias” (SILVA, 2001, p. 6). As redes informacionais são suporte para o funcionamento do mercado de capitais mundializado.

Neste período, a cidade de São Paulo, sem deixar de ser a metrópole industrial do país, torna-se metrópole informacional e o grande centro de decisões do país, “presente em todo o território brasileiro graças a esses novos nexos geradores de fluxos de informação” (SANTOS, 2009b [1994], p. 38).

Entre os intensos fluxos de informação e finanças, o abrigo ao mercado de capitais traz novos conteúdos à metrópole paulistana e reorganiza (ou desorganiza) o território nacional. Trata-se de um contexto novo que merece ser investigado e, neste sentido, este trabalho pretende ser uma contribuição. Outrossim, pensamos que podemos contribuir com os estudos da “contemporaneidade” de São Paulo, com um aprofundamento sobre a questão das finanças e da informação na nova dinâmica e nos novos papéis da metrópole e as repercussões para o território nacional.

O texto que segue está dividido em seis partes. A primeira trata da ascensão da informação como variável explicativa da sociedade e do território no atual período. Em seguida, tratamos da trajetória de organização territorial do mercado de capitais brasileiro até a sua centralização em São Paulo. No quarto capítulo, discutimos a reorganização desse mercado no período atual a partir das técnicas e das normas. Prosseguindo, tratamos do circuito da informação financeira, base para o funcionamento do mercado de capitais informatizado e informacional. Por fim, discutimos as transformações urbanas de São Paulo a partir desse comando do mercado de capitais e trazemos algumas considerações sobre a urbanização recente em São Paulo, que cumpre uma lógica bastante difundida entre as cidades brasileiras.

2 A INFORMAÇÃO E A DINÂMICA DO TERRITÓRIO NO PERÍODO ATUAL



A informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora seu entorno, pondo-se a serviço de quem tem os bastões de comando” (SANTOS, 2006 [1996], p. 257).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e das redes informacionais globais – parte da base técnica do processo de globalização – há uma ascensão da importância da variável informação na transformação da sociedade e do espaço geográfico. Conforme Gonçalves (2002, p. 7), uma das características marcantes da sociedade contemporânea é a penetração das novas tecnologias da informação na vida econômica, social e política – às quais acrescentamos também a dimensão territorial. Não é possível compreender os espaços da globalização sem se voltar à investigação dessa variável (SILVA, 2001, p. 95).

Para nossa análise, partimos de um esforço de definição de *informação*. Segundo Dantas (2003, p. 25), com base em um conjunto de autores ligados à teoria científica da informação e da comunicação, informação é

um processo de seleção efetuado por algum agente, entre eventos passíveis de ocorrer em um dado ambiente. Na origem da informação encontra-se, de um lado, sinais físico-energéticos emanados de um objeto ou ambiente qualquer [...] e de outro lado, um agente (ou sujeito) capaz de extrair algum sentido, ou orientação, ou significado desses sinais. Por isto, para que ocorra informação haverá sempre necessidade de interação (ou comunicação) entre um sujeito e um objeto, ou sujeito a sujeito. (grifos do autor).

Concordamos com Lojkin (2002, p. 115) quando afirma que não se pode separar a transformação da natureza material do grande desenvolvimento das funções

informacionais. Também para este autor é necessário vincular (e não isolar), em nossas análises, informação, poder e relações de produção (LOJKINE, 2002, p. 120).

A partir da importância crescente da informação, consideramos a existência de um novo setor da economia, o quaternário, que agruparia as atividades informacionais, conforme proposição de Porat¹. Para Tomelin – que destaca o papel da ciência nesse quaternário – as atividades deste setor seriam caracterizadas “pela ação de conceber, criar, interpretar, organizar, dirigir, controlar e transmitir” (TOMELIN, 1988, p. 71).

Essa reorganização produtiva corresponde geograficamente a uma nova divisão territorial do trabalho, onde alguns espaços “comandam” outros por meio dessas redes de informação. Conforme afirma Santos (2009b [1994], p. 38) o papel de direção da metrópole paulistana na dinâmica espacial brasileira se dá hoje em função de suas atividades quaternárias de criação e controle, pois “agora são os fluxos de informação que hierarquizam o espaço urbano”. Segundo Pred (1979, p. 13), por meio desses fluxos de informação cada vez mais presentes, uma mudança significativa em um lugar influencia outros lugares.

Para Dantas (2003, p. 20), graças às redes telemáticas desaparece a necessidade de a organização capitalista concentrar recursos no menor espaço possível. A liberalização dos fluxos de informação está, segundo Mattelart (1994, p. 218), “na própria base do novo modo de organização da empresa-rede”.

E que informação é essa? Em primeiro lugar, seria possível diferenciarmos a informação banal, do cotidiano de todos, da informação produtiva ou estratégica (SILVEIRA, 1997a; SILVA, 2001; 2009). A partir daí, conforme proposição de Silva (2001, p. 110-112), poderíamos avançar para uma tipologia que considere dentre as informações estratégicas quatro subgrupos: (1) a informação financeira, objeto de nosso estudo; (2) a informação sobre negócios, produzida pelas empresas de consultoria e marketing²; (3) a informação enquanto imagem, produzida pelo circuito da publicidade³; e (4) a informação tecnológica.

¹ Este autor agrupou as atividades informacionais contidas nos três setores clássicos da economia – primário, secundário e terciário – em um outro setor (quaternário) baseado na informação. Conferir Porat (1977).

² Sobre esse tema, destacam-se os trabalhos de Silva (2001), Manzoni Neto (2007), Farias (2008) e Merlin (2010), entre outros.

³ A respeito desse circuito na cidade de São Paulo, conferir Dias (2008).

Santos (2006 [1996], p. 202) afirma que o que mais circula nas redes informacionais globais são informações pragmáticas, manipuladas por poucos agentes em benefício próprio. O autor acrescenta que o mercado de informação (tanto a especializada quanto a geral) é concentrado e controlado. Ianni (2001, p. 71) destaca que as novas tecnologias estão organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, na forma de empreendimentos capitalistas articulados com grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial.

Nossa análise se dá a partir das informações financeiras, que são hoje base para o funcionamento do mercado de capitais. Conforme Mattelart (1994, p. 23),

o conjunto das transformações técnicas que se operam no modo de comunicação leva a mudar de forma radical o estatuto econômico da informação [...] Torna arcaicas as regulamentações das Bolsas de Valores e força a procurar novos procedimentos de intervenção nos mercados. A informação torna-se coisa de especialista e sua complexidade exige a competência de analistas preocupados em prever a conjuntura.

Para Dias (2005b, p. 62), o alargamento da esfera monetária da circulação e a organização das redes financeiras se associam diretamente ao acelerado desenvolvimento das redes eletrônicas de telecomunicação, em função da importância da circulação de informações para o circuito financeiro. Para esta autora, o valor da informação financeira reside, também, na extraordinária poupança de tempo que as tecnologias de comunicação proporcionam.

Transformações técnicas e também normativas – garantindo os fluxos globais de informação – conferiram a grande importância política, econômica e geográfica dessa variável. Dessa forma, torna-se imprescindível investigar os circuitos informacionais, as transformações espaciais para o abrigo desses circuitos e as densidades e rarefações nos territórios em função da informação.

3 URBANIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS NO BRASIL



A instituição que assinalara o ponto capital do desenvolvimento da cidade comercial, sua primeira manifestação decisiva, foi a Bolsa. [...] A Bolsa, o banco nacional e o centro de câmbio dos mercadores eram as catedrais da nova ordem capitalista” (MUMFORD, 2005, p. 447).

Formação pretérita do mercado de capitais brasileiro

A partir da chegada da família real portuguesa no início do século XIX, o Brasil passa por uma série de mudanças políticas, econômicas e geográficas, que compreendem a independência política do país. O comércio desenvolve-se nesse período, sendo que a principal praça de comércio e financeira da época é a capital Rio de Janeiro, onde a corte se instalou.

Pensando na escala do território nacional, tem grande relevância também neste período – século XIX – o processo de mecanização do território, com a conformação do *meio técnico*⁴ (SANTOS, 2008 [1993], p. 37) em substituição ao meio natural. Esta mecanização do território traz um novo impulso ao processo de urbanização no Brasil, em especial no estado de São Paulo, onde é reforçada pelo movimento dos capitais mercantis (SANTOS, 2008 [1993], p. 22-26).

Nesse contexto, a primeira bolsa de valores do país surge em 1845⁵ a partir de um decreto imperial, sendo batizada Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ (CNB, 2005, p. 115). Essa bolsa seguiu o modelo francês, com corretores oficiais nomeados pelo governo

⁴ Neste meio técnico, os objetos não são apenas objetos culturais, mas culturais e técnicos simultaneamente, e os tempos sociais tendem a se sobrepor e contrapor aos tempos naturais (SANTOS, 2006 [1996], p. 236-238).

⁵ Segundo Ferreira (2007, p. 27), o início oficial do pregão da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro se deu a partir da Lei 6.635/1877, mas como já existia mercado de ações desde 1845, a partir do Decreto nº. 417/1845, a BVRJ adotou como marco inicial 1845.

(FERREIRA, 2007, p. 27). Seguindo esse mesmo modelo, São Paulo inaugura sua bolsa na área historicamente central da cidade em 1890 (LEMOS, 2004, p. 109), batizada Bolsa Livre. Ela é refundada em 1895 como Bolsa de Fundos Públicos de São Paulo e rebatizada, em 1934, como Bolsa Oficial de Valores de São Paulo.

As técnicas de suporte às operações da bolsa neste período eram muito diferentes das de hoje. Sob influência do modelo francês, as operações no salão de negociações da Bolsa eram feitas em um balcão circular de madeira, chamado de *corbeille*. Ele comportava cerca de 50 corretores. Os títulos e as operações eram registrados em papel.

A partir da utilização do telefone como meio de comunicação no Brasil, os corretores passaram a ter um minuto após registrar as operações para confirmá-las, podendo comunicar-se com seus clientes. Os preços e informações sobre os negócios eram organizados nas *chamadas* (*calls*) de abertura e de fechamento, contendo, a depender da bolsa, uma chamada intermediária (FERREIRA, 2007), feitas através do toque de um sino.

A influência da *bourse* francesa no mercado de capitais nacional perdura até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando se inicia um novo período no mundo e no Brasil.

Das bolsas regionais à hegemonia de São Paulo

O uso financeiro do território brasileiro foi marcado, por muito tempo, pelo predomínio da vida regional (CONTEL, 2007, p. 291). Durante muitos séculos o Brasil foi “um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior” (SANTOS, 2008 [1993], p. 29). Cada um desses subespaços possuía pólos dinâmicos internos, que, no entanto, não possuíam muitas relações entre si.

Devido a esses diferentes ritmos e estruturas das economias regionais brasileiras, a formação territorial brasileira é marcada pela heterogeneidade regional (CANO, 1989, p. 67). Para este autor, as regiões brasileiras geraram sociedades cultural e economicamente diversas e, assim, um diversificado tecido urbano.

Seguindo essa lógica, o mercado de capitais brasileiro se organizou através de bolsas regionais, que datam do mesmo período de surgimento das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo – entre o século XIX e o início do século XX (BOVESBA, 2009; BOVMESB, 2009). O país chegou a possuir nove bolsas operando concomitantemente

(CVM, 2009a), cada uma mantendo seus mercados próprios, com carteiras de ações e títulos próprios e regionalizados. Nesse período, conforme Contel (2007, p. 291), “a contiguidade comandava a finança”.

De acordo com Santos (2008 [1993], p. 29-30), o processo de industrialização no Brasil muda parcialmente o quadro de ausência de interdependências entre os pólos regionais, quando São Paulo torna-se pólo dinâmico de uma vasta área do território nacional – do Sul ao Sudeste, principalmente – na época da produção cafeeira. Conforme Cano (1989, p. 69), à medida em que o eixo da acumulação do capital cafeeiro e em seguida do capital industrial se deslocava para São Paulo, a capital Rio de Janeiro ia perdendo a condição de principal centro econômico e urbano do país.

Após o golpe militar de 1964, o governo militar empreendeu uma série de transformações no sistema financeiro nacional, substituindo o modelo de várias praças financeiras locais para a centralização financeira. Essa centralização das funções financeiras se dá especialmente em São Paulo, que emerge como principal praça financeira do país (CORRÊA, 1994, p. 167; SILVA, 2001, p. 62).

A partir dessa reorganização configuraram-se os seguintes centros de negociação regionais: BOVAPP - Bolsa de Valores Pernambuco e Paraíba; BVRg - Bolsa de Valores Regional, com atuação no Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas; BOVESBA – Bolsa de Valores da Bahia-Sergipe-Alagoas, com atuação nestas unidades da federação; BOVMESB – Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília, com atuação em Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal e, em função deste último, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e posteriormente Tocantins, e BVPR – Bolsa de Valores do Paraná, com atuação somente neste Estado.

Apesar da existência dessas bolsas regionais, apenas duas bolsas dividiam o comando do mercado de capitais nacional: a Bovespa e a BVRJ, a carioca com primazia sobre os títulos de empresas públicas e a paulistana com os principais papéis de empresas privadas (LUNA, 2004, p. 347).

A reorganização da economia e do território brasileiro a partir do golpe militar culminará na centralização do mercado de capitais brasileiro em São Paulo e na ascensão de sua bolsa de valores.

4 A NOVA CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO SOB O IMPULSO DA GLOBALIZAÇÃO

“de um lado, os progressos nas telecomunicações, na eletrônica e na informática autorizaram a interligação, em tempo real, das bolsas, dos bancos e das praças financeiras, possibilitando uma circulação verdadeiramente frenética de diferentes tipos de dinheiro. De outro lado, as condições políticas [...] facilitam os fluxos de dinheiro além das fronteiras nacionais e, com eles, impõem normas mundiais aos territórios nacionais” (SANTOS & SILVEIRA, 2006 [2001], p. 185).

“o país optou por uma inserção passiva nos mercados mundializados e crescentemente comandados pela financeirização da riqueza, com reformas profundas na ação do Estado [...] o que causou impactos, também, na dimensão territorial” (BRANDÃO, 2007, p. 18).

Reorganização do mercado de capitais brasileiro e a densidade normativa

Para compreender a reorganização do mercado de capitais brasileiro no período da globalização, precisamos aprofundar também o entendimento sobre o processo de mundialização das finanças.

Como afirmou Arroyo (1999, p. 15), “a vocação por mundializar as relações econômicas, culturais e políticas é intrínseca ao capitalismo e acompanha-o desde suas origens”. Contudo, a expressão “mundialização financeira” é recente e, segundo Chesnais (1998, p. 12), “designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes

pelos demais países industrializados”.

Chesnais (1998, p. 24; 1999, p. 25) identifica, ainda, três etapas do processo de mundialização financeira. A primeira, de 1960 ao final da década seguinte é caracterizada pela “internacionalização financeira 'indireta' de sistemas fechados”, que seria uma internacionalização financeira limitada, com o “abandono das taxas de câmbio fixas e a adoção [...] do sistema de taxas de câmbio flutuantes, no qual os operadores financeiros privados desempenham um papel decisivo na determinação dos preços relativos das moedas (as taxas de câmbio)”. A segunda etapa, de 1980 a 1985, é caracterizada pela liberalização dos mercados. Na terceira etapa, de 1986 até 1995, há uma acentuação da interligação dos mercados e incorporação dos chamados “mercados emergentes” (como Brasil - São Paulo). Nessa terceira etapa, em escala nacional, um fato marcante é a abertura do mercado financeiro brasileiro.

Embora esse processo de mundialização financeira transforme os Estados, “os espaços nacionais ainda guardam suas especificidades, e não se ajustam à imagem de um novo conjunto completamente mundializado” (DIAS, 2005a, p. 27). Vale a pena destacar, também, que há uma “organização hierárquica dos territórios dos Estados, a partir de uma intensidade e distribuição diferenciadas de fluxos de dinheiro e de informação” (ARROYO, 2006, p. 177).

Nessa nova geografia política, em especial no que diz respeito à rede de sistemas financeiros nacionais, “o sistema financeiro dos Estados Unidos domina os outros, em função da posição do dólar e também das grandes dimensões dos mercados norte-americanos de bônus e ações” (CHESNAIS, 1998, p. 12).

A valorização do capital financeiro em relação às atividades de produção em si corresponde, no sistema urbano, à “formação espacial de centros financeiros e administrativos internacionais” (BENKO, 2006, p. 75). São Paulo é um desses centros, embora esteja inserido subordinadamente na rede mundial de cidades (SILVA, 2001, p. 240). Além de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro também se consolidam como centros de controle do sistema transnacional brasileiro: a metrópole carioca pela presença do BNDES, principal banco de desenvolvimento do país, e a capital nacional pelas sedes do sistema financeiro estatal (SANTOS, 2009b [1994], p. 24-28; SILVA, 2001, p. 66).

A partir da década de 1970, as bolsas brasileiras tornam-se associações civis sem fins lucrativos. A Bovespa perde o “Oficial” do nome, passando a se chamar Bolsa de

Valores de São Paulo. Os corretores também deixam de ser nomeados pelo governo, surgindo então as sociedades corretoras (FERREIRA, 2007, p. 37).

Os centros financeiros e as bolsas de valores são lugares de elevada densidade normativa⁶, especialmente a partir dessa época. No início do regime militar, surgem leis regulando e estruturando o sistema financeiro nacional e as bolsas de valores, das quais se destacam a Lei nº. 4.595/1964, que cria o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil entre outras providências, e a Lei nº. 4.728/1965, conhecida como Lei do Mercado de Capitais. A partir de então a quantidade de leis sobre o setor financeiro aumenta, muitas delas adequando a legislação nacional às normas internacionais⁷. Observamos a seguir um quadro-síntese com as principais normas do mercado financeiro e de capitais brasileiro:

⁶ Nos lugares onde “a lei do mercado e as demais leis globais agem mais profundamente, arrostando a exígua resistência das normas locais, identificaríamos uma maior densidade normativa e, portanto, uma construção mais agressiva e aperfeiçoada da ordem global” (SILVEIRA, 1997b, p. 43). Dentre a classificação de normas feitas por Silveira (1997b) destacamos, para o entendimento do mercado de capitais hoje, as normas políticas, que hoje englobam as regras para o funcionamento da economia mundial. Essas normas, comandadas pelos agentes hegemônicos globais, compreendem a desregulação voltada a atender aos interesses desses agentes, de forma a ampliar a fluidez no planeta. Somente a partir delas a mundialização das finanças foi possível.

⁷ Tais como os Acordos de Basiléia (Suiça), com normas de contabilidade e bancárias para evitar riscos ao crédito, entre outras.

QUADRO 1: SÍNTESE DAS PRINCIPAIS NORMAS DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS BRASILEIRO

Etapa	Marcos Normativos
Embrião do mercado de capitais nacional	1845: Decreto nº. 417 Regulamentação da profissão de corretor 1849: Decreto nº. 648 Legislação específica para o mercado de capitais 1876: Decreto nº. 6.132 Estabeleceu pregão bolsístico 1877: Regimento interno da Junta de corretores 1939: Decreto-Lei nº. 1.344 Corretores com exclusividade de negociação 1945: Decreto-Lei nº. 7.293 Criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (embrião do Banco Central)
Estruturação do sistema financeiro nacional (SFN) e do mercado de capitais	1964: Lei nº. 4.595 Cria o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) 1965: Lei nº. 4.728 “Lei do Mercado de Capitais” (estruturação desse mercado) 1976: Lei nº. 6.385 Criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para regular o mercado de capitais 1976: Lei nº. 6.404 Lei das sociedades por ações
Globalização financeira, maior integração ao mercado mundializado	1987: Resolução CMN nº. 1.289 Regulamenta sociedades e fundos de investimento - capital estrangeiro 1989: Resolução CMN nº. 1.655 Disciplina funcionamento das corretoras (alterada pelas res. 1724/90, 2099/94 e 2951/02). 1989: Lei nº. 7.940 Institui taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários 1991: Plano Diretor do Mercado de Capitais Instituído pelo governo federal 1994: Resolução CMN nº. 2.009 Incorpora à regulamentação brasileira Acordo de Basileia (riscos de crédito) 1995: Medida Provisória nº. 1.179 PROER – Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do SFN (Lei 9.710/1998) 1997: Lei nº 9.457 Modifica dispositivos das Leis nºs. 6.385 e 6.404 sobre regulação do mercado de capitais 2000: Resolução CMN nº. 2690 Disciplina constituição e funcionamento das bolsas de valores (alt. res. 2.774/00 e 2.819/01) 2000: Regulamentação “Novo Mercado” Implantado pela Bovespa, regulamenta normas para governança corporativa 2002: Novo plano Diretor do Mercado de Capitais Bolsa, associações e outras entidades retomam propostas normativas

Elaboração própria. Fontes: BVRJ (1972), COSTA (1983), BRASIL (1991), YAZBEK (2007), CVM (2008) e CNB (2008).

Observamos uma primeira etapa (aproximadamente entre 1845 e o início da década de 1960) com o “embrião” do mercado de capitais brasileiro, apresentando uma

primeira regulamentação. Como visto anteriormente, a partir do início da década de 1960, com a reorganização do território brasileiro promovida pelo governo militar, em 1964, há uma estruturação do Sistema Financeiro Nacional e do mercado de capitais brasileiro. No final da década de 1980 e início da década de 1990, com a ascensão do neoliberalismo, a intensificação da mundialização das finanças e a inserção (passiva) do território brasileiro na globalização, observamos um novo período de adequação do mercado de capitais brasileiro ao mercado internacionalizado. Neste terceiro período, observamos um crescimento na quantidade de normas.

A reorganização do mercado de capitais desde o período militar, inspirada, como veremos adiante, no modelo norte-americano, leva a Bovespa a criar em 1986 a Bolsa Mercantil & de Futuros – *BM&F*, inspirada na Chicago Mercantile Exchange – *CME*. Em 1991, a *BM&F* integra a Bolsa de Mercadorias de São Paulo – *BMSP*, conhecida como *bolsinha*, passando a se chamar Bolsa de Mercadorias & Futuros.

A partir do processo de abertura do mercado e das privatizações dos anos 1990, a BVRJ perde ainda mais força frente à Bovespa⁸, que passa a controlar nessa década mais de 90% do mercado (SILVA, 2001, p. 122).

Essa centralização do mercado de capitais na Bovespa se dá de tal forma que em 2000 ela integra a BVRJ e as demais bolsas regionais, passando a monopolizar o mercado de capitais brasileiro. Às demais bolsas restou o papel de promover o mercado de capitais e prestar serviços às praças financeiras locais (BOVESPA, 2008a).

Continuando esse processo de transformação das bolsas paulistas, em 2007 elas deixam de ser associações sem fins lucrativos para tornarem-se sociedades por ações (S/A), com capital aberto no mercado de capitais. Assim, surge a Bovespa Holding, que agrega, além da Bolsa de Valores de São Paulo, a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), responsável pela liquidação⁹ de operações de todo o mercado brasileiro de ações, e localizada, também, no edifício sede da Bovespa. Em 2008, a Bovespa Holding S/A se funde à *BM&F S/A*, dando forma a uma nova instituição: a *BM&FBovespa S/A* – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, que seria “a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado, a

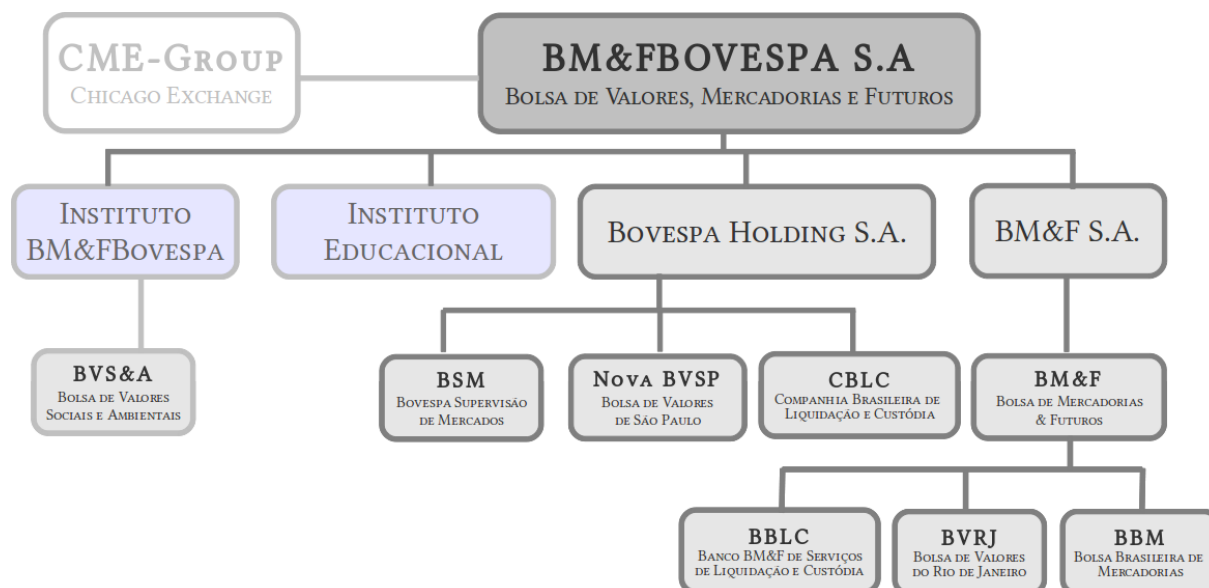
⁸ Embora tenha servido de palco para muitas privatizações, a BVRJ perdeu liquidez com a saída de seus principais títulos, como a Telebrás.

⁹ A liquidação corresponde ao processo final de uma operação de compra/venda de ações nas bolsas de valores, com a transferência do valor acertado por parte do comprador e da ação relativa à venda por parte do vendedor.

segunda das Américas e a líder no continente latino-americano” (BM&FBOVESPA, 2008a).

Veja abaixo um esquema da estrutura organizacional da BM&FBovespa:

FIGURA 1: ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DA BM&FBOVESPA, APÓS A FUSÃO ENTRE BOVESPA E BM&F.



Elaboração própria. Fontes: websites do grupo BM&FBovespa. Acesso em 2009.

Os principais pontos dessa estrutura são a Bolsa de Valores de São Paulo em si, chamada de Nova BVSP ou, mais recentemente, “mercados Bovespa”, e a Bolsa de Mercadorias e Futuros, BM&F ou “mercados BM&F”. Além disso, há instituições de supervisão e controle de mercado (como BSM, CBLC e BBLC), bolsas que compõem a BM&F (BVRJ e BBM), e o Instituto Educacional, que visa a formação de investidores. O Instituto BM&FBovespa é responsável pelas ações de marketing relacionadas ao discurso da responsabilidade social. As estruturas da Bovespa Holding S.A. e BM&F S.A. estão representadas acima para a compreensão histórica da aglomeração, visto que a separação desapareceu em decorrência da integração.

Na reorganização normativa do mercado de capitais brasileiro, cabem algumas considerações a respeito das profissões ligadas a esse mercado e a sua regulação. Para isso, analisamos as ocupações regulamentadas na Classificação Brasileira de Ocupações¹⁰ (CBO) ligadas ao mercado financeiro e de capitais:

¹⁰ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) teve sua primeira edição lançada em 1982 e a última em 2002, com algumas atualizações lançadas ao decorrer do tempo. Ela é baseada nas diretrizes normativas da CIUO - Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones, cuja primeira versão data de 1958, CIUO-58; a segunda de 1968, CIUO-68; e a terceira de 1988, CIUO-88. Em 2008 foi publicada uma versão com alguns aperfeiçoamentos, que deram origem à CIUO-08 (OIT, 2010).

**QUADRO 2: OCUPAÇÕES DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITALIS
PRESENTES NA CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES - 1982 E 2002**

CBO 1982	CBO 2002
Diretor de empresa financeira	Diretor financeiro
Gerente financeiro	Economista financeiro
Corretor de títulos e valores	Gerente financeiro
	Diretor de mercado de capitais
	Diretor de recuperação de créditos em operações de intermediação financeiras
	Diretor de riscos de mercado
	Diretor de <i>compliance</i> ¹¹
	Diretor de crédito (exceto crédito imobiliário)
	Diretor de <i>leasing</i> ¹²
	Corretor de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos

Elaboração própria. Fontes: MTE (1982); MTE (2002).

Observa-se em 2002 um número mais de três vezes maior de ocupações regulamentadas relacionadas ao mercado financeiro e de capitais. Além disso, na CBO de 2002 as ocupações podem possuir “sinônimos”, e dessa forma ligeiras diferenças podem ser observadas – que demonstram maior complexidade na divisão do trabalho. A ocupação *corretor de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos* passa, em 2002, a possuir diversos “sinônimos”, como pode ser visto no quadro a seguir:

QUADRO 3: SINÔNIMOS DA OCUPAÇÃO “CORRETOR DE VALORES, ATIVOS FINANCEIROS, MERCADORIAS E DERIVATIVOS” RECONHECIDOS NA CBO 2002

Operador de mercadorias e derivativos	Operador de renda fixa
Operador de bolsa – pregão	Operador de renda variável
Operador de bolsa de mercadorias e futuros	Operador financeiro
Operador de câmbio/comércio exterior	Corretor de mercadorias
Operador de carteiras internacionais	Corretor de mercadorias e futuros
Operador de mesa bolsa de valores	

Elaboração própria. Fonte: MTE (2002).

Ao observar a situação das ocupações reconhecidas no mercado financeiro e também no setor informacional, levantamos como hipótese que algumas áreas muito dinâmicas da economia – especialmente as ligadas ao quaternário – não estão cobertas

¹¹ *Compliance* diz respeito às normas de conduta de gestores de recursos de terceiros.

¹² *Leasing* financeiro é um instrumento que visa o aluguel de equipamentos e materiais por um período estabelecido, com possibilidade de compra do bem ao final desse período.

totalmente pela normatização estatal. A partir daí, identificamos um papel de destaque das associações setoriais (em conjunto com outros agentes do mercado) em uma disputa pela “autorregulação” do mercado financeiro e de capitais, tanto na atuação profissional quanto na regulação das atuações institucionais e empresariais.

No caso da atuação profissional, observamos que o reconhecimento de ocupações ligadas ao mercado de capitais - denominados “analistas e profissionais do investimento do mercado financeiro e de capitais” ou “profissionais do investimento” (APIMEC, 2010a) – pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) traz um número e diversidade consideravelmente maiores do que a regulamentação estatal, como se percebe no quadro abaixo:

QUADRO 4: OCUPAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS RECONHECIDAS PELA APIMEC (2010)

analista de <i>commodities</i>	gestor de <i>private equity</i>
analista de <i>compliance</i>	gestor de renda fixa
analista de crédito	gestor de renda variável
analista de derivativos	jornalista econômico-financeiro
analista de performance de investimentos	operador de mercado financeiro
analista de <i>private equity</i> ¹³	planejador financeiro
analista de <i>rating</i>	professor de disciplina de mercado fin./capitais
analista de renda fixa	profissional de banco de investimentos
analista de renda variável	profissional de controle financeiro
analista de risco	profissional de <i>corporate finance</i>
atuário	profissional de financiamento
auditor	profissional de fundo de pensão
conselheiro de administração ou fiscal	profissional de fundos de investimentos
consultor financeiro	profissional de fusão e aquisição
contabilista	profissional de marketing de produto financeiro
desenvolvedor de produtos financeiros	profissional de órgãos reguladores dos mercados
economista	profissional de planejamento empresarial
estrategista	profissional de <i>private banking</i>
executivo de instituição financeira	profissional de relações com investidores
executivo financeiro em geral	profissional de <i>underwriting</i> ¹⁴
gestor de <i>commodities</i>	profissional de venda de produtos financeiros
gestor de derivativos	profissional de <i>venture capital</i> ¹⁵
gestor de investimentos imobiliários	consultoria jurídica relativa a essas atividades

Elaboração própria. Fonte: APIMEC, 2010a;

¹³ *Private equity* é o investimento financeiro em uma empresa ainda não listada na bolsa de valores, de forma a alavancar seu crescimento.

¹⁴ *Underwriting* (subscrição) são as operações nas quais os bancos realizam a intermediação entre o lançamento e a distribuição de ações ou títulos para negociação no mercado de capitais.

¹⁵ *Venture capital* é uma forma de *private equity*, quando o investimento se dá na fundação de uma empresa ou na expansão de um pequeno negócio.

Essas pressões para a autorregulação das profissões surtiram efeito em 2010, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) transferiu a regulação das profissões ao mercado, através da APIMEC (CVM, 2010; APIMEC, 2010b; 2010c).

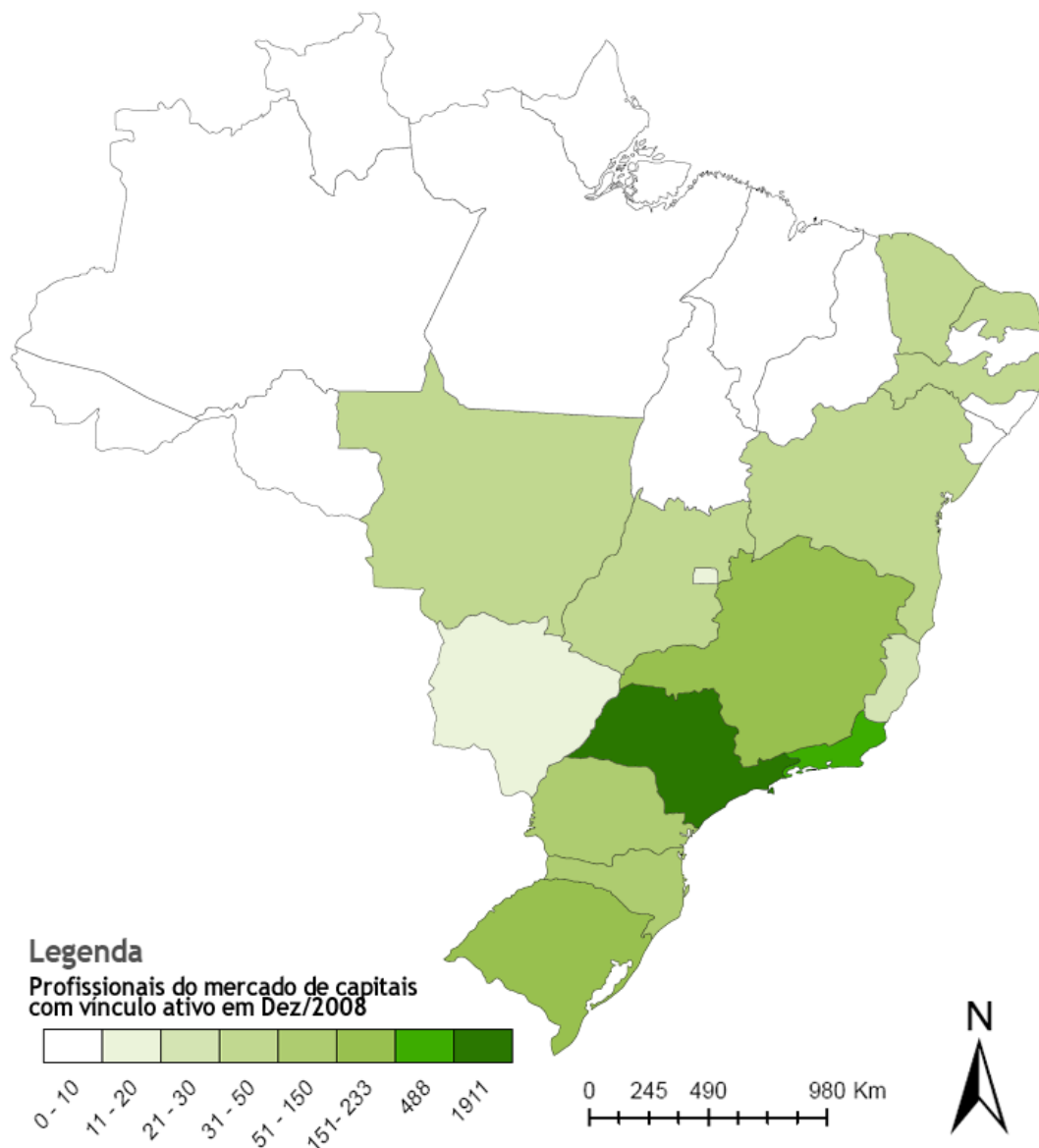
Contrapondo-se a essa autorregulação do mercado, trazemos a crítica de Plihon¹⁶ (2005, p. 143), que afirma que essa “disciplina do mercado” - considerada pelo autor uma versão moderna da “mão invisível” Smithiana - não funciona. Para esse autor, há no mercado uma suposição de que a “indústria de serviços financeiros”, da qual fariam parte associações, agências de *rating*, empresas de auditoria e consultoria, autoridades de regulação e bancos de negócios, entre outros agentes, seria suficiente para regular o mercado. Em sua crítica a essa indústria, Plihon cita os comuns casos de conflitos de interesse, como no famoso caso da Enron¹⁷, em que os consultores eram também auditores, e as grandes fraudes nas contas não foram observadas. A própria crise financeira de 2008/2009 trouxe um questionamento dessa autorregulação que é, no entanto, defendida pelos principais agentes do mercado.

Quanto ao local de atuação dos profissionais ligados ao mercado de capitais brasileiro, observamos uma forte concentração desses profissionais no Estado de São Paulo:

¹⁶ Para compreender melhor a posição do autor sobre o tema, cabe ressaltar que ele é presidente do conselho científico da ATTAC/França. A ATTAC é uma associação que luta pela regulação do mercado financeiro e tributação das transações desse mercado. Sua sigla pode ser traduzida para “Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos”.

¹⁷ No caso da fraude da Enron, a empresa de consultoria Arthur Andersen era responsável pela auditoria das contas e, ao mesmo tempo, pela consultoria e sugestões de investimentos.

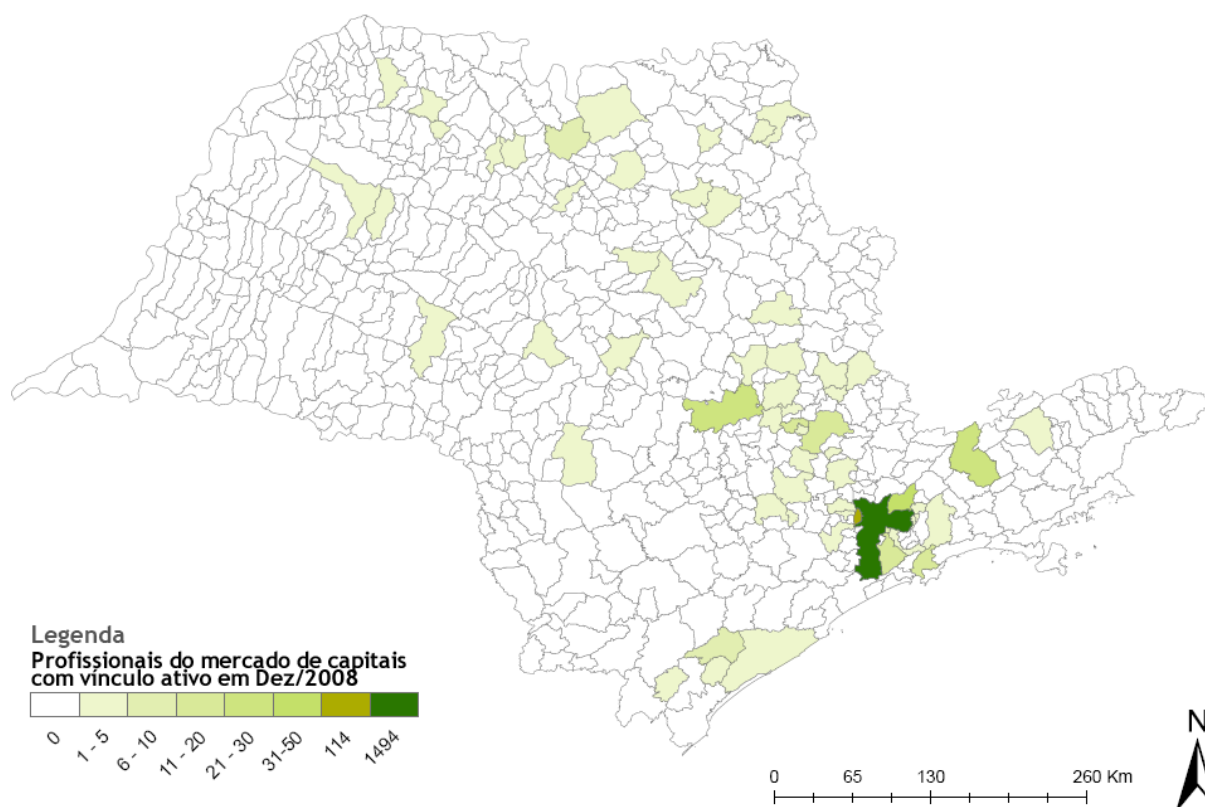
MAPA 1: PROFISSIONAIS DO MERCADO DE CAPITALS NO BRASIL, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2008)



Considerados os profissionais da família ocupacional 2533 da CBO 2002 (Corretores de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos). Elaboração própria. Fonte: RAIS-2008

O estado de São Paulo abrigava em 2008 quase 60% dos profissionais do mercado de capitais no país. Evitando a consideração de uma homogeneização da localização dessa atividade em todo o território do estado, identificamos também os municípios que concentram esses profissionais no estado:

MAPA 2: PROFISSIONAIS DO MERCADO DE CAPITALS NO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MUNICÍPIO (2008)



Considerados os profissionais da família ocupacional 2533 da CBO 2002 (Corretores de valores, ativos financeiros, mercadorias e derivativos). Elaboração própria. Fonte: RAIS-2008

Observa-se que a cidade de São Paulo possuía em 2007 a grande maioria - 78% - de todos os corretores do estado, e ao considerar Região Metropolitana de São Paulo, esse número sobe a quase 90%. Tais dados demonstram a primazia de São Paulo no mercado de capitais brasileiro no período atual. Segundo Gherig (1998), as atividades que dependem de informação especializada, como operações de bolsas de valores, tendem a concentrar-se geograficamente junto à mão-de-obra informacional.

Nessa reorganização recente do mercado de capitais de que tratamos, cabe considerar, assim, que hoje ele é cada vez mais *informatizado* – baseado nas novas tecnologias da informação, na informática – e *informacional* – pois seu funcionamento depende, hoje, de uma grande quantidade de informações, e todo o trabalho relacionado a esse mercado depende e se baseia na informação.

Os novos sistemas técnicos e os pregões da bolsa

O meio *técnico-científico-informacional*, segundo Santos (2008 [1993], p. 37) é o meio geográfico resultante do momento em que a ciência, as técnicas e a informação ganham destaque na construção ou reconstrução do espaço. Sua afirmação incluindo os países de terceiro mundo se dá a partir da década de 1970. Há uma grande interação entre a técnica e a ciência sob a égide do mercado (SANTOS, 2006 [1996], p. 238).

Em períodos anteriores, os sistemas de engenharia eram projetados para responder às necessidades do lugar. No período atual, os macrossistemas técnicos são projetados para promover a convergência de certos agentes e certas condições (SANTOS & SILVEIRA, 2006 [2001], p. 101). O meio técnico-científico-informacional é marcado por esse domínio da lógica de alguns agentes hegemônicos.

A partir da globalização, temos a *unicidade técnica*, ou seja, os sistemas técnicos são cada vez mais integrados em escala global (SANTOS, 2006 [1996], p. 194; SANTOS, 2000), e podemos definir os lugares pelas diferentes cargas de conteúdos técnicos, informacionais e comunicacionais. Entre os lugares que possuem alta densidade técnica está a cidade de São Paulo e seu centro financeiro, com objetos cada vez mais especializados e dotados de informação.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, com o crescimento da influência norte-americana no mundo, as bolsas brasileiras deixam de lado o modelo francês e passam a adotar a organização de trabalho das bolsas americanas, em especial da bolsa de valores de Nova Iorque – NYSE (FERREIRA, 2007). Nesse movimento, a Bovespa abandona em 1967 o *corbeille* e adota o balcão em formato de “U”, chamado *avião*, posteriormente substituído pelos postos de negociação, sob inspiração da NYSE.

As técnicas atuais dão suporte ao funcionamento do mercado de capitais e das bolsas de valores. Como dito anteriormente, analisamos hoje um mercado de capitais cada vez mais informatizado e informacional. As novas tecnologias de informação são imprescindíveis para o funcionamento deste mercado. Viabilizam o *tempo real* e, assim, a possibilidade da realização de operações instantaneamente em todo o mundo¹⁸, e uma consequente expansão do pregão eletrônico em detrimento do pregão ao vivo. Além disso,

¹⁸ Segundo Santos (2006 [1996], p. 200), as atividades financeiras são as que mais se beneficiam do enquadramento rigoroso do tempo na convergência dos momentos. Segundo ele, “o dinheiro, em suas múltiplas formas, pode, agora, fluir globalmente, 24 sobre 24 horas”.

são utilizadas no processamento de informação e geração de novas informações mais especializadas – como os inúmeros gráficos e análises – e até em novas formas automatizadas de atuação na bolsa, com ordens sendo lançadas no pregão por algoritmos definidos em softwares, batizados como *robot-traders*.

No caso da Bovespa, apesar de o embrião dos sistemas eletrônicos datar de 1972 (BM&FBOVESPA, 2009a), estas mudanças se dão principalmente a partir de 1990, com a implantação do sistema de negociação eletrônica. Inicialmente o sistema utilizado era o *CATS – Computer Assisted Trading System*, que foi substituído em 1997 pelo sistema *Mega Bolsa* – considerado mais eficiente, que permite que as corretoras negociem na bolsa em tempo real de seus escritórios – em busca de uma maior fluidez (SILVA, 2001, p. 123). O pregão eletrônico, nesse caso, funcionava em paralelo com o pregão ao vivo.

Segundo Ferreira (2007, p. 63-64), em 1999 há o lançamento do chamado *Home Broker*, sistema que permite que os investidores operem diretamente de casa, através do sistema das sociedades corretoras mas sem necessidade de participação direta dos corretores, via internet. No mesmo ano a Bolsa lança algo inédito no mercado de capitais mundial: o pregão (eletrônico) noturno, permitindo a operação após o período regular de pregão, batizado como *After-market*.

Em 2000, ano da integração das bolsas de valores regionais pela Bovespa, a BM&F passa a adotar o sistema *GTS – Global Trading System*, sistema de negociações eletrônico para derivativos¹⁹, e o *Sisbex*, para títulos públicos, e em 2004 adota o *WebTrading*, sistema eletrônico para pessoas físicas (BM&FBOVESPA, 2009c).

O processo de informatização do mercado de capitais brasileiro resulta no fim do pregão ao vivo na Bovespa em 2006 (FERREIRA, 2007, p. 64) e, em junho de 2009, na antiga BM&F, agora parte da BM&FBovespa²⁰. A evolução técnica rápida no período atual aponta para novas transformações em andamento: segundo indicações da Bolsa, o chamado acesso direto ao mercado (*DMA – direct market access*) deve crescer através de um sistema

¹⁹ “Derivativos são ativos que derivam, integral ou parcialmente, do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. Podem também ser entendidos como operações financeiras que tenham como base de negociação o preço ou cotação de um ativo negociados nos mercados futuros, a termo, de opções de compra e venda, de swaps e demais operações financeiras mais complexas” (CVM, 2009b)

²⁰ A esse respeito, acessar notícias “Bolsa encerra 119 anos de grito no pregão em São Paulo”, da Folha Online, disponível em <http://bit.ly/bovespa-encerra> e “Negociações na BM&FBOVESPA do segmento BM&F passam a ser exclusivamente eletrônicas”, da BM&FBovespa, disponível em <http://bit.ly/bmfbovespa-eletronica>.

chamado *co-location*, que seria a hospedagem de computadores do cliente no espaço físico da Bolsa (BM&FBOVESPA, 2009d), inspirada no modelo da *CME – Chicago Market Exchange*, com quem a BM&FBovespa possui um acordo recente de integração técnica e dos mercados (CMEGroup & BM&FBOVESPA, 2009).

A possibilidade técnica de operação no mercado de capitais sem um encontro “físico” não acaba com a importância das bolsas de valores e dos centros financeiros, a qual, segundo Wójcik (2007, p. 202), se explica também em função do compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações e pela presença de serviços avançados, em especial relacionados ao quaternário. Este autor afirma ainda que o valor dos centros financeiros hoje reside sobretudo na produção e circulação de informações (WÓJCIK, 2007, p. 220).

Do mesmo modo, Porteus (1999, p. 105-108) afirma que historicamente, os serviços financeiros se concentraram onde houve demanda a partir da economia produtiva, mas o que define a localização desses centros financeiros mais recentemente são os fluxos de informação e as atividades do quaternário.

Essas transformações técnicas viabilizaram, portanto, a centralização do mercado de capitais brasileiro em São Paulo (na BM&FBovespa), pois diminuíram bruscamente a importância das praças financeiras regionais a partir da interligação dos investidores através da rede do pregão eletrônico. Aliados às mudanças normativas, os novos sistemas técnicos levaram a uma nova configuração do mercado de capitais brasileiro. Essa configuração, inspirada no modelo de países hegemônicos – especialmente dos EUA – é fortemente baseada na circulação e no controle da informação financeira em tempo real.

5 O CIRCUITO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA: NOVOS CONTEÚDOS, NOVOS AGENTES



[atualmente] o valor dos centros financeiros não reside em oferecer um local para computadores, mas na circulação de informação (WÓJCIK, 2007, p. 220, tradução livre).



São Paulo ganha certa posição na rede global de cidades e participa mais ativamente da nova geografia mundial das finanças como um centro que acolhe, produz e distribui informações financeiras especializadas” (SILVA, 2001, p. 121)

A informação financeira e o mercado de capitais brasileiro

A informação financeira atualizada em tempo real é, hoje, base para o funcionamento do mercado de capitais. Há uma intensa circulação dessas informações que embasam o trabalho dos operadores (*traders*), que as coletam e analisam para a tomada de decisões de compra e venda de títulos.

A indústria de produção de informações tem se desenvolvido à margem das revoluções e do crescimento industrial e, sendo assim, absorve suas características, tomando pra si os preceitos da produtividade e da técnica como método de trabalho (BARRETO, 1994, p. 4). Entendemos, assim, essa informação como produto mercantil, como mercadoria, conforme indicado, entre outros, por Lojkin (2002, p. 250) e Mostafa (1994, p. 23).

No Brasil, a indústria de informação financeira e para negócios (MARTINEZ, 1999) se desenvolve com destaque a partir da década de 1990 e está concentrada especialmente em São Paulo. Todavia, cabe ressaltar que boa parte da informação financeira produzida na metrópole é baseada na reprodução das técnicas de análise de outros centros, tais como Nova Iorque e Chicago, e até na redistribuição de informações

desses nós mais privilegiados das redes globais.

Walton (apud WARF, 1989, p. 262), afirma que a globalização das finanças é vantajosa para a venda de informações financeiras. Dentre as agências globais de informações financeiras, algumas delas lembradas por Warf (1989, p. 263), destacam-se a Bloomberg, a Reuters, a Globex e a Dow Jones' Telerate. Outras empresas, como SIX Telekurs, Interactive Data, CQG Inc., Infobolsa, SDS Financial Technology e Aspen Graphics também merecem ser citadas entre importantes produtoras e comercializadoras de informação financeira.

Outros agentes importantes dessa trama da informação financeira são as agências de *rating* (ou agências de classificação de risco), que classificam empresas e países quanto a risco ou estabilidade para os investidores. Trataremos a respeito mais adiante.

Buscamos construir uma tipologia que dê suporte ao entendimento da informação financeira no mercado de capitais, considerando os principais tipos de informação utilizados pelos operadores do mercado de capitais:

QUADRO 5: TIPOLOGIA DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA DE SUPORTE AO MERCADO DE CAPITAIS

Tipo	Descrição	Periodicidade	Produtores	Origem
Boletins / análise de mercado	Análises de mercado, contendo resumo de notícias que podem afetar os mercados, projeções, etc. Elaborados a partir da análise de outras informações.	Diária	Empresas de informação financeira, sociedades corretoras, bancos de investimento	Privada
Análises técnicas	Análises técnicas com uso de gráficos e softwares de análise para determinar momentos de compra e venda de títulos.	Diária	Empresas de consultoria financeira e informação financeira	Privada
Classificação (<i>rate</i>)	Notas definidas a partir de critérios das empresas classificadoras, que representam indicações aos investidores	Variada, com avaliações regulares	Agências de <i>rating</i>	Privada
Índices	Índices de ações, setoriais, de emprego e resultados da economia.	Variada, com avaliações regulares	Governos, centros de pesquisa, instituições privadas, bolsas	Pública/ Privada
Informações de setores e empresas	Balanços, notícias setoriais e em publicações especializadas, relatórios com resultados financeiros de empresas e setores, dados de departamentos de Relação com Investidores.	Variada. Algumas possuem divulgação programada	Empresas, consultorias e auditorias; agências de notícias; associações setoriais; IBGE	Pública/ Privada
Notícias políticas	Notícias políticas do país com relação a economia, estabilidade, relação do governo com empresas, impostos, etc.	Diária	Agências de notícias	Privada
Informações privilegiadas	Informações privilegiadas de negócios ou processos que ferem a “equidade” dos operadores. São reguladas pela CVM, representando crime financeiro.	Variada	Todos os produtores de informação financeira	Restrita

Organização própria.

As informações privilegiadas, também conhecidas por seu nome em inglês, *inside informations*, são proibidas por ferirem o princípio da “equidade dos agentes econômicos”, ou seja, quem as possui tem vantagem perante os demais. Apesar da regulação da CVM, seu uso acontece com frequência segundo relatos dos próprios investidores. Dentre os exemplos dessas informações, podemos citar dados sobre a saúde financeira das empresas ainda não divulgados, mudanças na classificação pelas agências de *rating* antes de sua divulgação pública e conhecimento de andamento de processos jurídicos mantidos em sigilo.

Os índices têm como objetivo funcionar como “indicadores antecedentes”, antecipando tendências e indicando o “desempenho do mercado” (FORTUNA, 2008, p. 622). É uma informação racionalizada e construída para ser mensurável, exercendo grande influência sobre os operadores do mercado de capitais. Por constituírem um grupo muito heterogêneo, foram compostos em um quadro a parte:

QUADRO 6: PRINCIPAIS ÍNDICES COM INFLUÊNCIA NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO

Índice	Descrição	Periodicidade de publicação	Produtores	Origem
Ibovespa	Índice de ações que calcula o desempenho de uma carteira de ações escolhidas como as mais relevantes do quadrimestre.	Instantânea (durante pregão)	BM&FBovespa	Privada
Índices setoriais	Índices de ações que calculam o desempenho de carteiras de ações de determinados setores. Ex.: IMOB (imobiliário), IEE (energia elétrica) e ITEL (telecomunicações).	Instantânea (durante pregão)	BM&FBovespa	Privada
IGC Governança Corporativa	Índice de ações que calcula o desempenho de uma carteira de ações composta por empresas reconhecidas com práticas de governança corporativa.	Instantânea (durante pregão)	BM&FBovespa	Privada
IPCA	Índice de preços ao consumidor amplo, medição oficial de inflação.	Mensal	FIBGE	Pública
IGP-M	IGPs são índices gerais de preços, que registram a inflação. O IGP-M é calculado em três apurações mensais.	Mensal	Fundação Getúlio Vargas	Privada
S&P 500	Índice de ações que calcula o desempenho de 500 títulos norte-americanos considerados os mais relevantes.	Instantânea (durante pregão)	Agência Standard & Poor's	Privada
Emprego	Os índices oficiais de emprego e desemprego são levantados na Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE. Há também o índice de emprego do DIEESE (outra metodologia).	Mensal	FIBGE DIEESE (SEADE)	Pública

Organização própria. Fontes: CNB (2005), FGV (2009), IBGE (2009).

Já em uma classificação quanto aos agentes produtores dessa informação financeira, poderíamos, em uma primeira aproximação, classificar as informações entre *primárias* – produzidas essencialmente por agências de informação financeira e pelas bolsas – e *derivadas* – baseadas na reprodução e, por vezes, no tratamento das informações primárias com auxílio de softwares, e produzidas por empresas de consultoria e corretoras, entre outros agentes.

Dessa forma, a bolsa de valores, mercadorias e futuros brasileira BM&FBovespa é, também, produtora de informação financeira para o mercado de capitais brasileiro. Dentro da tipologia apresentada, ela pode ser considerada uma das principais produtoras de informações primárias do mercado no país.

A bolsa destaca-se entre os vendedores nacionais de informação financeira sobretudo através de seu produto *Sinal de Informações*²¹, canal de venda de cotações, índices, notícias e informações sobre os mercados Bovespa e BM&F em tempo real. Também oferece informações gratuitamente, através do produto *Acesso Móvel*, disponibilizando informações para dispositivos móveis como celulares; do *Canal Eletrônico do Investidor*, com dados sobre as negociações e saldos de um investidor na BM&FBovespa; e da publicação periódica de dados do mercado.

Na produção de informação financeira primária deve-se lembrar, também, dos agentes públicos produtores de informação, como o Banco Central, através de sua Gerência Executiva de Relações com Investidores e a FIBGE, já citada, especialmente com os índices de emprego. Souza (1997) destaca ainda fontes internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

As agências de *rating* e a informação financeira como vetor de reorganização do território brasileiro

Outros agentes de destaque na trama da informação financeira, as agências de *rating* (ou agências de classificação de risco) são empresas privadas que atribuem uma classificação – semelhante a uma nota, dentro de uma hierarquia que estabelecem – a empresas, instituições e países, relacionadas aos riscos que podem impactar o retorno do investimento e a capacidade de pagamento das dívidas (FORTUNA, 2008, p. 540). Destacam-se, entre essas agências, *Standard & Poor's*, *Moody's*, *JP Morgan* e *Fitch*, todas norte-americanas e com escritórios na cidade de São Paulo²².

As fontes de informação utilizadas pelas agências são (1) dados publicamente

²¹ Para ter referência do serviço, a taxa anual para empresas em junho de 2009 era de R\$12.000,00 para acesso direto pela BM&FBovespa (mais rápido), ou R\$7.000,00 através de intermediários autorizados.

²² De acordo com dados das empresas coletados em 2009, a localização dos escritórios das agências é o centro Berrini, nas imediações das avenidas Faria Lima e Eng. Luiz Carlos Berrini e da marginal Pinheiros.

disponíveis, como relatórios anuais; (2) dados de mercado, como tendências de preços de ações; (3) dados econômicos setoriais; (4) dados de instituições financeiras como bancos centrais e órgãos reguladores; (5) dados oriundos de reuniões com credores, mesmo que confidenciais; (6) discussões com fontes especializadas no setor, governo ou meio acadêmico e (7) outras fontes mais gerais, como livros e periódicos. Três atividades de classificação se destacam: as *perspectivas*, que são avaliações sobre a provável direção de um *rating* no médio prazo (18 meses), podendo ser positivas, negativas, estáveis ou “em desenvolvimento”; a *revisão*, quando um crédito é colocado em observação para elevação ou rebaixamento da nota; e a *confirmação*, que é a manutenção do *rating* após a revisão formal do comitê da agência (MOODY'S apud FILGUEIRAS, 2008).

Conforme nota Arroyo (2006, p. 187), “com a emergência das finanças como variável-chave do período histórico atual, os países passam a ser classificados segundo a capacidade de pagar suas dívidas”. Com base nas informações das agências de *rating*, os investidores decidem como aplicar o dinheiro e quanto cobrar de juros sobre os empréstimos concedidos.

Uma das principais classificações das agências²³ nesse contexto é o *risco soberano*, que é “o risco de crédito associado a operações de crédito concedido a Estados soberanos” (CANUTO & SANTOS, 2003, p. 8). Também merece destaque, segundo estes autores (2003, p. 16) o *risco país*, que abarca, além do risco ligado ao governo central, também aquele relacionado aos demais credores residentes no país, referindo-se especialmente com fatores que podem estar sob controle do governo.

Os principais fatores e variáveis considerados na avaliação do risco soberano, de acordo com Canuto & Santos (2003, p. 24), são: (1) risco político, civil e institucional, sendo avaliadas essencialmente a estabilidade e a legitimidade das instituições públicas; (2) setor real e estrutura econômica, avaliando-se o crescimento econômico e a orientação à economia de mercado; (3) setor fiscal, verificando-se a condução da política fiscal do governo; (4) setor monetário e financeiro, onde avaliam-se a “coerência e sustentabilidade” das políticas monetárias e cambiais; e (5) o setor externo, avaliando o impacto das políticas monetárias sobre as contas externas.

Devido à adoção de políticas alinhadas com estes critérios no Brasil, as agências

²³ Embora, como destacam Canuto & Santos (2003, p. 9), essa não seja a atividade econômica central das agências privadas de *rating*.

Standard & Poor's e *Fitch* deram ao Brasil em 2008 a classificação chamada “grau de investimento” (*investment grade*) que incentiva o investimento no país²⁴. A classificação desencadeou intensas reações na bolsa de valores²⁵.

A crise financeira de 2008/2009, no entanto, trouxe à tona mais uma vez o questionamento das agências de *rating*, pelo próprio mercado – tendo em vista que diversas instituições falidas, como o Lehman Brothers²⁶, possuíam até o momento da quebra recomendação de investimento pelas agências. É recorrente, nessa discussão, uma necessidade de regulação da atuação dessas empresas. Atualmente, as agências de *rating* presentes no Brasil não estão submetidas a exigências legais ou padrões de conduta de nenhum órgão regulador (SOARES, 2005, p. 31).

Conforme Arroyo (2006, p. 187-188), os critérios utilizados pelas agências de *rating* fazem com que o “superávit primário se transforme em uma obsessão para os governantes latino-americanos, condicionando suas opções de alocação de recursos e limitando o dinheiro disponível para investimento e para aplicação em programas sociais”. Dessa forma, o dinheiro nacional fica preso à lógica financeira dos agentes hegemônicos globais, privando o território de uma regulação interna e soberana.

As informações financeiras que partem dessas agências, assim, podem ser entendidas como vetores verticais da reorganização do território, regendo ações definidoras das transformações dos territórios nacionais, especialmente no terceiro mundo.

A produção de informações financeiras a partir das agências globais

Entre os produtores de informação financeira primária figuram, como já citado, agências globais de informação – sendo as duas principais Bloomberg e Reuters²⁷,

²⁴ A esse respeito, sugerimos o acesso às seguintes notícias: “Agência de risco dá categoria de grau de investimento ao Brasil”, em <http://bit.ly/g1-br-grade>; e “Brazilian Debt Raised to Investment Grade by S&P”, disponível em <http://bit.ly/bloomberg-br-grade>.

²⁵ Conferir as notícias “Ibovespa fecha em alta de 6,33% em meio a euforia pelo ‘grau de investimento’”, sobre classificação da S&P, em <http://bit.ly/g1-sp-grade>; e “Grau de investimento influencia e Bovespa fecha em alta”, sobre classificação da Fitch, em <http://bit.ly/g1-fitch-grade>.

²⁶ Conferir notícia “Banco americano Lehman Brothers se declara em quebra após 158 anos”, em <http://bit.ly/g1-lehman>.

²⁷ Segundo pesquisa do Inside Market Data Reference de 2008, citada na matéria “At Bloomberg,

fornecedoras de informação para jornais, agências de notícias regionais, corretoras de valores, portais da internet e outros agentes redistribuidores de informação financeira. Também vendem informações a empresas especializadas que tratam essas informações e geram análises gráficas e técnicas.

Essas agências globais de informação trabalham com correspondentes espalhados pelo mundo. Esses correspondentes fornecem informações à sede, que trata e redistribui essas informações através de seus serviços. Em função de sua abrangência, são os principais intermediários entre as fontes de notícia e os meios de comunicação (MONTALBÁN, 1979, p. 35).

No caso financeiro, buscamos mapear a rede da agência Bloomberg para compreender melhor esses fluxos de informação. A Bloomberg é uma agência relativamente nova, de 1981, especializada em informação financeira. Sua base é Nova Iorque e ela utiliza como canais de informação a televisão, o rádio, a *internet*, e publicações como revistas e livros, a partir de uma editora própria (BLOOMBERG, 2009). Os serviços são pagos pelos assinantes e redistribuidores de informação.

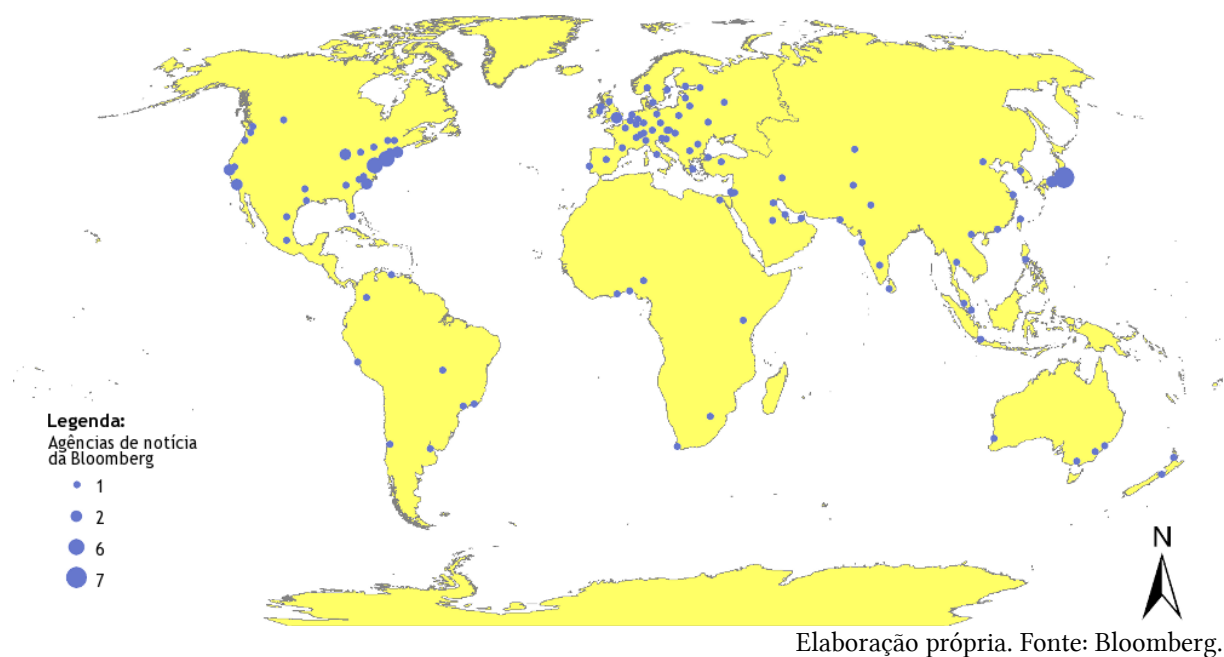
No Brasil, especialmente a partir do processo de financeirização do noticiário econômico na década de 1990, apontado por Puliti (2009)²⁸, essa agência tem papel chave na disseminação das informações aos investidores do mercado de capitais e outros agentes econômicos.

O mapeamento das agências da Bloomberg no mundo e seus escritórios de serviços encontra-se a seguir (Mapas 3 e 4):

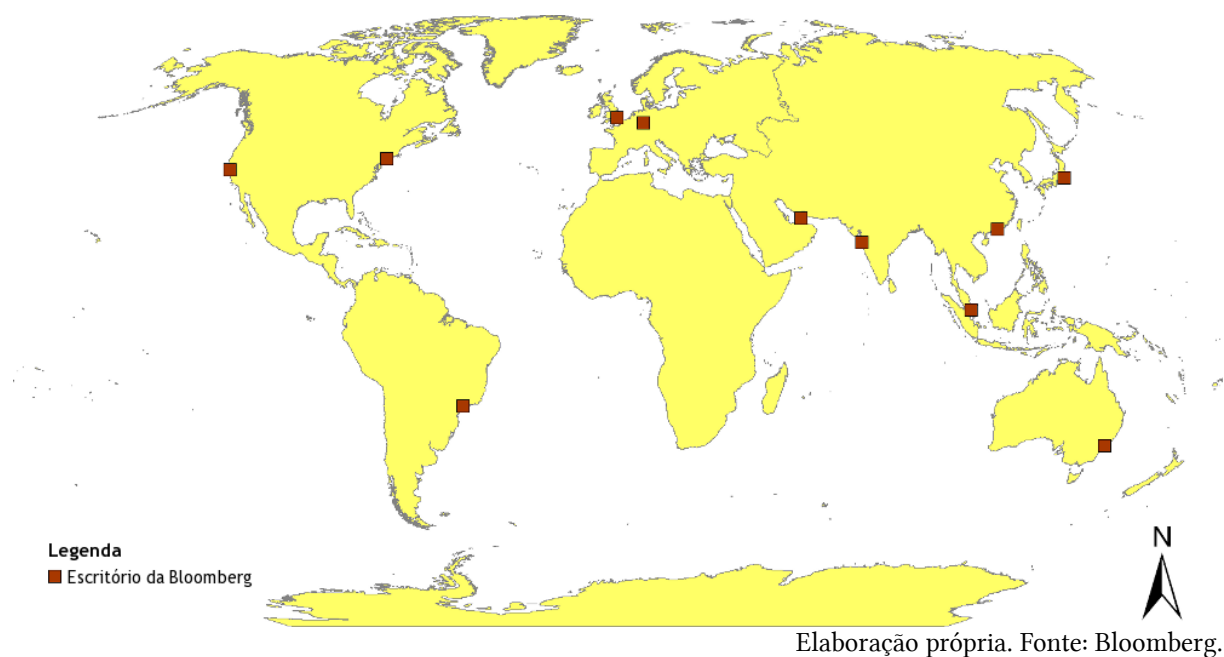
Modest Strategy to Rule the World” do jornal The New York Times, Bloomberg e Reuters possuíam, cada uma, um terço do mercado de informações financeiras, estimado à época em 16 bilhões de dólares (o restante estaria distribuído entre diversos agentes menores). A matéria está disponível online em <http://nyti.ms/gP3C5J>.

²⁸ A autora chama atenção para o fato de que “a vertente ideológica da financeirização não foi introduzida no noticiário pelos economistas do mercado financeiro ou por banqueiros, mas pelo discurso do próprio governo”, que colocou os interesses do capital financeiro no noticiário como sendo de amplo interesse nacional (PULITI, 2009, p. 272).

MAPA 3: AGÊNCIAS DE NOTÍCIA DA BLOOMBERG NO MUNDO (2009)



MAPA 4: ESCRITÓRIOS DE SERVIÇOS DA BLOOMBERG NO MUNDO (2009)



Através da análise do mapa, é possível comprovar que as agências estão bastante concentradas nos centros mais dinâmicos ao capital financeiro – as cidades norte-americanas, japonesas e europeias. Observa-se, portanto, o papel subordinado de São Paulo nessa rede mundial de cidades. No Brasil, encontram-se três agências, em São Paulo, Rio de

Janeiro e Brasília, os centros de gestão do território brasileiro.

No entanto, pode-se inferir um papel de destaque da cidade de São Paulo na América Latina ao observar o segundo mapa, referente à localização dos escritórios de serviços – que vendem anúncios e os serviços da Bloomberg. Em todo o continente americano, há apenas três escritórios: dois estadunidenses, em Nova Iorque e São Francisco, e um em São Paulo.

A psicosfera de suporte ao capitalismo financeiro e o circuito da “educação financeira”

A financeirização da economia e da sociedade, sobre a qual nos interessam aqui especialmente as questões relativas ao mercado de capitais, se dá, também, através de um processo ideológico de apoio – conformando uma psicosfera²⁹ de suporte à ascensão de importância desse mercado. Nos campos de disputas pela informação se constrói, a partir dos agentes do mercado de capitais, um forte discurso de justificação e convencimento de seu projeto – incluindo a defesa da importância do mercado de capitais para a sociedade, da racionalidade financeira e do empreendedorismo.

Atualmente, conforme Santos (2006 [1996], p. 227), este discurso que antecede as ações torna-se necessário para que a ação seja mais docilmente aceita e torne-se mais ativa na vida social. Segundo Ribeiro (*apud* TOZI, 2005, p. 78), “a luta por hegemonia está relacionada ao convencimento da sociedade de que de fato o seu projeto para ela – sociedade como um todo – é melhor”.

Nessa trama, um dos principais agentes é a própria BM&FBovespa. Através do programa “BM&FBovespa vai até você”³⁰ a bolsa empreende uma série de ações setoriais de divulgação do funcionamento do mercado e atração de novos investidores em universidades, empresas, escolas, feiras, exposições e em ações voltadas ao público feminino (projeto “Mulheres em Ação”). Além disso, mantém o programa televisivo “Educação Financeira” realizado em parceria com a TV Cultura, de São Paulo

²⁹ Milton Santos (2006 [1996], p. 255-259) trata da psicosfera a considerando o campo das ideias, crenças, paixões e o lugar da produção de sentido, que fornece regras à racionalidade ou estimula o imaginário.

³⁰ Segundo a BMF&Bovespa, esse programa já atingiu mais de 600 mil pessoas (BM&FBOVESPA, 2010).

(BM&FBOVESPA, 2010). São realizadas, também, campanhas publicitárias de grande porte voltadas à atração do público em geral³¹.

Como visto anteriormente, a bolsa possui um setor – o Instituto BM&FBovespa – responsável pelas atividades ligadas ao discurso da responsabilidade social³². Seu principal projeto é a Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVS&A), que simula uma bolsa através da qual as ações financiam projetos sociais, educativos, culturais e ligados à difusão do empreendedorismo e da sustentabilidade ambiental. Os investimentos são feitos em “ações sociais”, gerando “lucro socioambiental” e com a negociação sendo realizada por algumas corretoras da bolsa de valores, chamadas nesta iniciativa de “corretoras socioambientais”.

Essa difusão da racionalidade financeira segue em projetos elaborados por outros agentes, como a Bolsa de Valores Políticos (BOVAP), criada pela corretora Souza Barros. Sua proposta³³ é negociar ações fictícias de políticos no mesmo sistema de uma bolsa de valores, com a valorização dos papéis em função das expectativas eleitorais dos candidatos.

Além das corretoras e da própria bolsa, participam também desse processo empresas de consultoria financeira e de informação financeira e outros agentes para a formação de um circuito voltado à “educação financeira”. Entre as atividades relacionadas a esse circuito estão a atração de potenciais investidores ao mercado – através principalmente de palestras, além de ações como as citadas anteriormente – e a formação não regulamentada de investidores individuais, através também das palestras e cursos rápidos.

A redistribuição de informações financeiras

A maior parte dos agentes do circuito da informação financeira pode ser classificada como produtora de informações derivadas, com níveis diferentes de trabalho

³¹ Como exemplo, em 2010 a BM&FBovespa lançou a campanha “Quer ser sócio?”, estrelada pelo futebolista Pelé. A campanha ficou disponível online: <http://www.versersocio.com.br>.

³² A respeito da construção dessa psicofera da responsabilidade social no Brasil, conferir o importante trabalho de Pereira (2007).

³³ Além, é claro, de angariar público de investidores potenciais para o mercado de capitais que possam utilizar os serviços da corretora.

imaterial sobre as informações primárias.

De início, merece destaque nesse processo a atuação das sociedades corretoras, que redistribuem aos seus clientes investidores e aos operadores do mercado de capitais informações dos produtores primários. Os corretores estão entre os principais consumidores e distribuidores dessas informações financeiras voltadas ao investimento no mercado de capitais. Além das corretoras, identificamos os distribuidores nacionais de informação financeira autorizados pela BM&FBovespa:

QUADRO 7: DISTRIBUIDORES NACIONAIS DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADOS – BM&FBovespa (2009)

Empresas e agências de informação financeira		Portais, jornais e agências de notícias	Consultorias financeiras
Enfoque Informações Financeiras*	Apligraf*	UOL - Universo Online*	BIAM Consultoria e Gestão de Capitais
	BlankSys*	Globo.com	
Bloomberg do Brasil*	CILP	IG - Internet Group*	CMA Consultoria*
Cedro Market & Finances	CellBroker	Terra Networks Brasil*	Lopes Filho & Associados Consultoria
InvestNews*	IT Evolution	Yahoo Brasil*	
Reuters Brasil*	Nelogica	Valor Online*	Bancos
DCCS - Dias Camargo*	Trader Data	InfoMoney*	Banco do Brasil S/A
INFOInvest	Trader Gráfico*	Agência Estado*	

* instituições sediadas na cidade de São Paulo

Organização própria. Fonte: BM&FBovespa, 2009

Organizamos os distribuidores entre *empresas e agências de informação financeira*, que produzem e vendem informações; *portais, jornais e agências de notícias*, que disponibilizam informações menos precisas e com menos trabalho imaterial, praticamente reproduzindo cotações a seus assinantes e ao público em geral; e *consultorias financeiras* e *bancos*, os quais redistribuem informações financeiras através de seus serviços, de forma diferenciada do primeiro grupo.

Observa-se que a maior parte desses distribuidores de informação financeira autorizados pela BM&FBovespa localizam-se na cidade de São Paulo (16 entre 27, sendo que há mais alguns com escritório na cidade), reforçando e demonstrando a densidade informacional da metrópole.

É preciso destacar também outras empresas nacionais produtoras de informações financeiras não citadas, tais como Agência Dinheiro Vivo, LAFIS Consultoria,

AgRural³⁴, Interlink Consultoria, Tema Consultoria em Software Financeiro, os jornais Valor Econômico e Brasil Econômico e mesmo o jornal Gazeta Mercantil, fechado recentemente³⁵, que contava também com a empresa Panorama Setorial, especialista em análises setoriais.

Como observado, o circuito de produção e distribuição de informações financeiras, estratégicas para os agentes do mercado de capitais, tem seu comando no território nacional centralizado na cidade de São Paulo.

³⁴ Especializada em informações de commodities agrícolas negociadas no mercado BM&F.

³⁵ A última edição da Gazeta Mercantil circulou em 29/05/2009. A respeito, conferir notícia “Última edição da 'Gazeta Mercantil' deve circular hoje”, da Folha de São Paulo, disponível em <http://bit.ly/gazeta-mercantil-encerra>.

6 SÃO PAULO E O COMANDO DAS FINANÇAS E DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA



No período atual a totalidade-mundo vem se edificando a partir de lugares distintos [...] Podemos dizer que este novo meio geográfico paulistano é, mesmo, o mais complexo do país e, por isso, é a partir de São Paulo que se criam as condições de reorganização do território nacional (SILVA, 2001. p 100-101).

Do comando centralizado do mercado de capitais brasileiro ao projeto de centro financeiro latino-americano

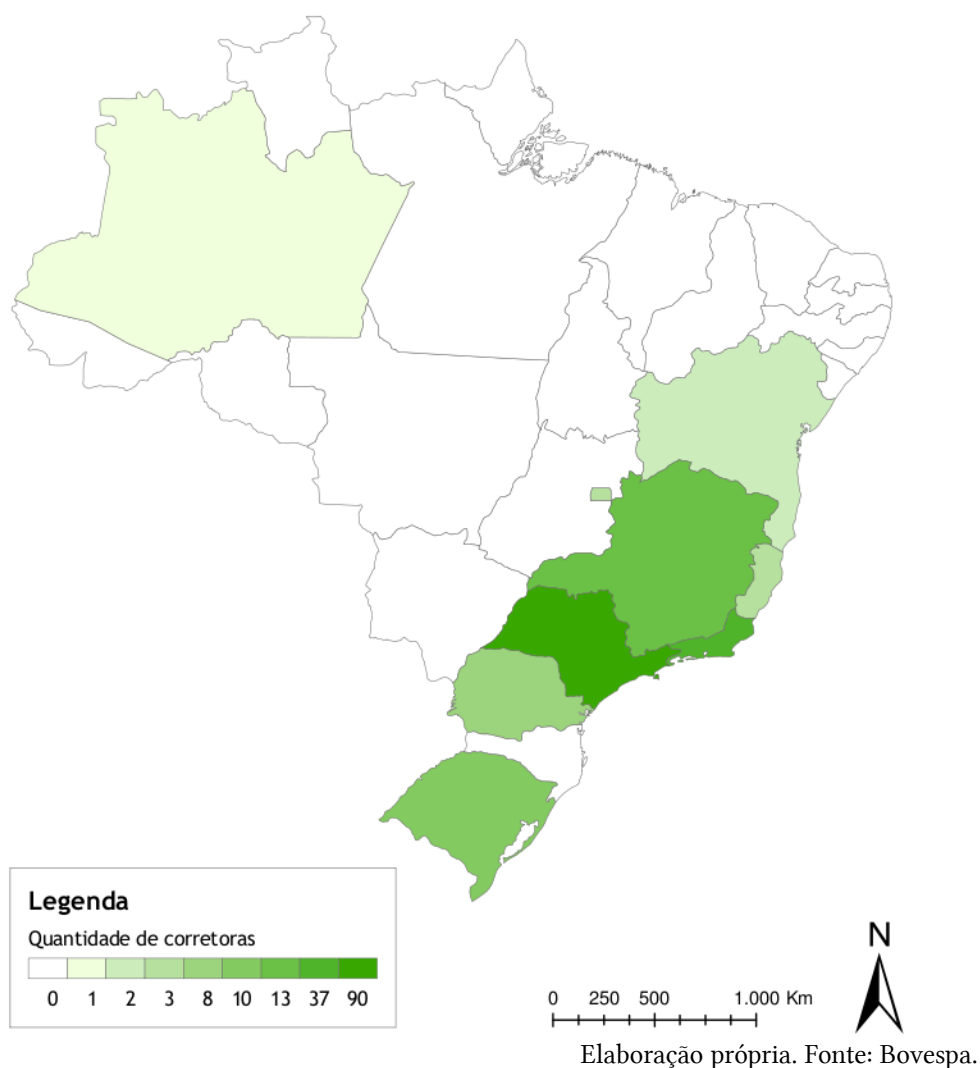
A metrópole paulistana se coloca no comando (subordinado a outros centros globais) das ações hegemônicas do período atual no território brasileiro, principalmente em função de sua primazia no controle da informação. A partir sobretudo desse comando das redes informacionais e financeiras, São Paulo desponta atualmente como metrópole onipresente no território brasileiro (SANTOS, 2008 [1993], p. 103), já que as ordens que partem de São Paulo reorganizam todo o território.

Conforme Lencioni (2008, p. 11), concentração e centralização são conceitos fundamentais, pois permitem relacionar a dinâmica do capital à dinâmica do lugar. Segundo esta autora, a centralização “constitui-se num processo em que frações individuais de capitais se associam, se fundem ou se reagrupam”. A concentração, por outro lado, entende-se como “processo que faz expandir os meios de produção e de trabalhadores, ampliando, assim, a base da acumulação e confundindo-se com ela”, podendo ser vista através da concentração territorial da riqueza.

São Paulo concentra a riqueza do país (LENCIONI, 2008, p. 12), e isto pode ser visto pela significativa concentração do setor financeiro na cidade, como demonstra Corrêa (1994, p. 168). Ao analisar o espaço financeiro nacional a partir dos bancos, este autor identifica, no período pós-1960, uma redução nos centros de gestão das finanças no país, com criação de redes financeiras em âmbito nacional e a ascensão de um centro

metropolitano brasileiro, São Paulo. No caso do mercado de capitais, a concentração das corretoras e outras instituições ligadas a este mercado na cidade de São Paulo é também ilustrativa deste processo. Nos mapas seguintes podemos observar a localização das sociedades corretoras no Brasil (Mapa 5) e no estado de São Paulo (Mapa 6) em 2008:

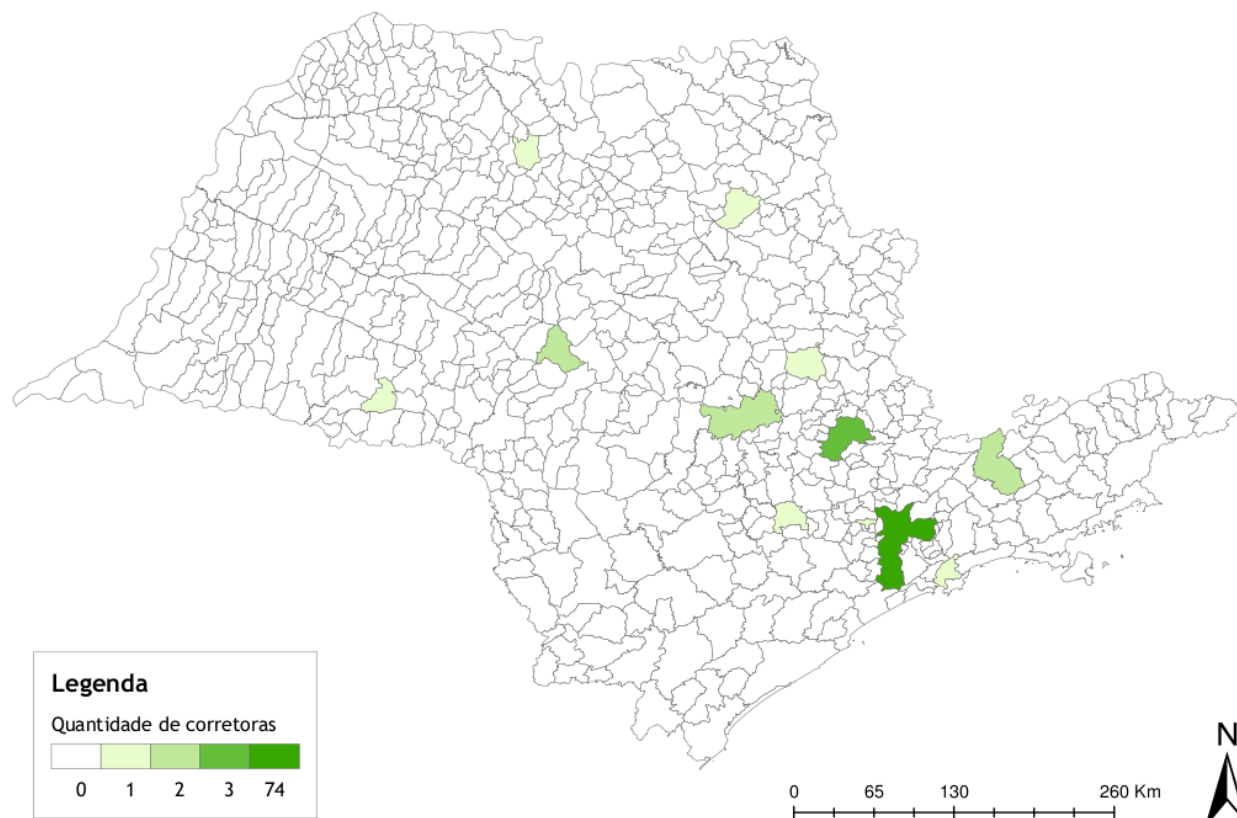
MAPA 5: DISTRIBUIÇÃO DE CORRETORAS DE VALORES NO BRASIL POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2008)



Podemos observar no mapa acima que o número de corretoras atuantes no estado de São Paulo é muito maior do que em qualquer outro estado. A segunda unidade da federação com maior número de corretoras é o Rio de Janeiro, devido, no nosso entendimento, à importância histórica que teve a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a relevância da praça financeira carioca. Observa-se, também, que em mais de 15 estados não há sequer filiais de corretoras.

Para não nos enganarmos quanto a uma homogeneidade da presença de corretoras no estado de São Paulo, elaboramos também um mapeamento da distribuição das corretoras por município neste Estado:

MAPA 6: DISTRIBUIÇÃO DE CORRETORAS DE VALORES POR MUNICÍPIO – ESTADO DE SÃO PAULO (2008)



Elaboração própria. Fonte: Bovespa.

Observa-se que Campinas – o segundo município com mais corretoras – possuía em 2008 apenas três delas, contra 74 em São Paulo. Entre as 78 matrizes de corretoras no país, 49 encontravam-se na capital paulista. Outro dado que pode demonstrar esse processo diz respeito ao local de atuação de profissionais do mercado de capitais, observado no quarto capítulo.

São Paulo exerce, como visto, o comando do mercado de capitais brasileiro. Desde 2000, monopoliza toda a negociação de ações no país. Além disso, considerando a análise de Klagge e Martin (2005), entre mercados financeiros centralizados e descentralizados, o mercado de capitais não funciona de forma neutra no espaço e, nos países em que os mercados são centralizados, há um impacto relativo a quais empresas

terão acesso aos recursos desse mercado – ou seja, na localização dessas empresas (KLAGGE & MARTIN, 2005, p. 387). Ao investigar as empresas listadas no Ibovespa, observamos algo semelhante:

QUADRO 8: LOCALIZAÇÃO DAS SEDES DAS EMPRESAS LISTADAS NO IBOVESPA - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2009

Cidade	Empresas sediadas na cidade sobre total das listadas
São Paulo (SP)	49,23%
Rio de Janeiro (RJ)	26,15%
Brasília (DF)	4,62%
Belo Horizonte (MG)	4,62%
Porto Alegre (RS)	4,62%
Curitiba (PR)	3,08%
Osasco (SP)	1,54%
Florianópolis (SC)	1,54%
São José dos Campos (SP)	1,54%
Itapequerica da Serra (SP)	1,54%
Campinas (SP)	1,54%
Total	100,00%

Elaboração própria. Fontes: Bovespa, empresas listadas no Ibovespa.

Observa-se que quase metade das empresas listadas no Ibovespa nesse período possui sede na cidade de São Paulo, e esse número chega a 55% quando se observa todo o estado. Segundo Klagge e Martin (2005, p. 388), a centralização financeira faz com que regiões periféricas tenham dificuldade no acesso aos serviços e recursos financeiros, especialmente aos relativos ao mercado de capitais.

A partir da hegemonia de São Paulo no mercado de capitais brasileiro começou a tomar corpo um projeto de tornar a cidade um centro financeiro internacional. Em 2004 surgiu o embrião desse projeto, quando algumas das principais instituições financeiras com apoio do Estado (por meio do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e do Tesouro Nacional), criaram uma instituição chamada BEST Brazil, com o intuito de “promover o mercado de capitais brasileiro no cenário internacional” (BEST, 2010).

Essa iniciativa acompanha um processo de “fortalecimento” das bolsas paulistas, que culmina, como visto anteriormente, em sua fusão (BM&FBOVESPA, 2008). A partir da

obtenção do grau de investimento em 2008 para o Brasil por algumas das principais agências de *rating* do mundo o projeto se consolida, até que desponta publicamente em 2010, quando importantes instituições financeiras – comandadas pela BM&FBovespa, ANBIMA³⁶, e Febraban³⁷ – se associaram³⁸ e criaram a BRAIN (Brasil Investimentos e Negócios), associação que comandará desde esse momento o projeto de tornar o Brasil, a partir de São Paulo, um centro financeiro internacional com atuação especialmente na América Latina, sob objetivo de centralizar na metrópole paulistana toda a gestão e negociação dos ativos latino-americanos (BRAIN, 2010a; BRAIN, 2010b).

Observa-se que diversas ações vêm sendo planejadas e executadas nos últimos anos em função desse projeto, que acompanha a reorganização de São Paulo no atual período e deverá ser responsável por novas transformações na cidade a partir do interesse dos agentes econômicos hegemônicos.

Cabe ressaltar que, também na escala intraurbana, as atividades financeiras estão concentradas em alguns centros. De acordo com Labasse (1974, p. 181), de todas as funções urbanas, a financeira é a mais concentradora.

O mercado de capitais e a urbanização corporativa da cidade de São Paulo

O projeto de transformação de São Paulo em centro financeiro e de negócios internacional acompanha uma série de transformações na escala intraurbana. Observamos na cidade a conformação de espaços luminosos da globalização – aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais e mais aptos a atrair atividades do circuito superior da economia (SANTOS & SILVEIRA, 2006 [2001], p. 264) – organizados a partir de ações do mercado e do Estado. Esse processo não engloba a totalidade da cidade, mas sim

³⁶ A ANBIMA, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, resulta da fusão entre a ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) e a ANDIMA (Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro), ocorrida em 2009. Ela representa atualmente 325 entidades (ANBIMA, 2010).

³⁷ A Febraban é a Federação Brasileira de Bancos, e conta atualmente com 120 dos 159 bancos autorizados pelo Banco Central (FEBRABAN, 2010).

³⁸ Sobre esse tema, verificar as seguintes notícias: 'Mercado lança associação para SP virar novo centro', da Folha de São Paulo, disponível em <http://bit.ly/fsp-brain> e 'Associação Brain tem adesão de 13 entidades', d'O Globo, disponível em <http://bit.ly/oglobo-brain>

determinadas áreas de acordo com os interesses do capital hegemônico. Dessas, destacam-se atualmente três grandes áreas de centralidade³⁹, com papéis complementares mas também concorrentes na divisão territorial do trabalho.

Acompanhando as transformações históricas da dinâmica econômica da cidade, identificamos, conforme Silva (2001), três grandes fases de mundialização de São Paulo, que são marcadas pelas seguintes variáveis-chave: o comércio cafeeiro (associado ao sistema financeiro e ao início da industrialização), a indústria e a informação. Cada um desses períodos acompanha a conformação de uma área de centralidade em especial. A primeira é hoje conhecida como centro histórico, que abrange aproximadamente os distritos Sé e República. Em seguida, há um processo de deslocamento para o vetor sudoeste da cidade, conformando uma área de centralidade nas imediações da Avenida Paulista no período do auge da indústria. Mais recentemente, prosseguindo no vetor sudoeste da cidade, há a composição de uma área de centralidade nas proximidades das avenidas Eng. Luiz Carlos Berrini, Nações Unidas (marginal Pinheiros) e Faria Lima, o “centro Berrini”. Cabe ressaltar que o deslocamento para o vetor sudoeste da cidade não determinou o esvaziamento do centro histórico, o qual continua a concentrar cerca de 50% do setor financeiro e é uma região definida como o primeiro centro financeiro do país (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 51).

Há que se considerar, também, as lutas entre distintos interesses corporativos na conformação dessas áreas de centralidade: de um lado está a coalizão que respalda os projetos na região sudoeste da cidade, especialmente a expansão do centro de negócios no entorno da marginal Pinheiros; de outro se encontra a aliança polarizada em torno de um projeto de “revitalização” do centro histórico da cidade (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 51).

Essas duas áreas de centralidade interessam especialmente à nossa análise: o centro histórico de São Paulo abriga as principais instituições financeiras, incluindo a própria bolsa de valores e corretoras; e o centro Berrini pode ser compreendido como um centro informacional, onde se localizam as empresas do setor quaternário, ligadas ao trabalho informacional (FRÚGOLI JR, 2006 [2000]; SILVA, 2001), incluindo as empresas de informação financeira.

Essas transformações na cidade se dão por meio de disputas e são marcadas por

³⁹ A respeito da ideia de áreas de centralidade e da centralidade como atributo, conferir Tourinho (2006).

políticas urbanas violentas aos pobres urbanos. São faces da violência do dinheiro e da informação no atual período da globalização, tratadas por Santos (2000). No caso do centro histórico, tem destaque o papel da Associação Viva o Centro – da qual participam com destaque as instituições financeiras ali localizadas – e seu projeto de revitalização e “higienização” do centro, expulsando camelôs, pobres e população em situação de rua⁴⁰ (FRÚGOLI JR., 2006 [2001], p. 84-112; CENTRO VIVO, 2006, p. 153). Conforme Silva e Castillo (2007, p. 51-52), o centro histórico é atualmente cenário de conflitos diários entre forças que buscam a “revitalização” e o “enobrecimento” e os sujeitos responsáveis por todo tipo de atividades não-hegemônicas – como camelôs, pequenas empresas artesanais, pequenos bares e restaurantes etc. – são tratados como fonte de problemas de segurança.

No caso do centro Berrini, têm destaque nesse processo as operações urbanas Faria Lima e Água Espraiada, que acompanharam expulsão de moradores de favela da região para a construção de novos empreendimentos imobiliários (FIX, 2001; CARLOS, 2004).

Em ambos os casos, há um forte e importante papel do poder público associado ao capital hegemônico. As intervenções viárias têm grande relevância entre os investimentos públicos, especialmente para a expansão do vetor sudoeste. A formação dessa nova área de centralidade também se destaca pela ascensão da promoção imobiliária para empresas, que acompanha uma infraestrutura especializada (que inclui telefonia, informática, sistema viário, estacionamentos e os chamados edifícios inteligentes) e normas que favorecem o uso corporativo dessas áreas da cidade (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 48).

Whitaker Ferreira (2007, p. 219) afirma que esse processo, ancorado no discurso da “cidade global” – e, mais recentemente, também de “centro financeiro latino-americano” – é baseado no mito do crescimento e impulsionado por uma psicosfera que defende um suposto e inverossímil “poder de sinergia” dessas áreas para o crescimento da cidade. Parte-se, assim, da ideia de que os problemas da desigualdade socioespacial seriam automaticamente resolvidos. Com isso, legitima-se que essas poucas áreas de centralidade recebam grandes quantias de investimento público.

Essa reorganização da cidade que acompanha o discurso da construção de uma

⁴⁰ Um dossiê sobre as violações dos direitos humanos no centro histórico de São Paulo foi organizado pelo Fórum Centro Vivo, tratando da situação das famílias sem-teto e de baixa renda, dos catadores de materiais recicláveis, da população (especialmente crianças e adolescentes) em situação de rua e do comércio informal. Conferir Centro Vivo (2006).

cidade “globalizada”, da “nova cidade”, da “cidade global”, em especial nas adjacências do centro Berrini, é projetada na nova paisagem⁴¹ dessa área, representada pelas grandes torres de escritórios dos “edifícios inteligentes”⁴² (FIX, 2001, p. 15; FIX, 2007, p. 23).

Entre essas mutações da cidade em sua inserção na globalização financeira observa-se que surge, também, toda uma nova economia urbana local associada. Além dos setores relacionados ao financiamento, à contratação de obras e à construção desses modernos imóveis destinados a empresas, se sobressai um enorme complexo de atividades que inclui arquitetos, economistas, corretores, advogados, consultores, analistas de sistemas, agências de publicidade e marketing especializadas. Conforma-se todo um novo mercado de serviços que oferece suporte a esse circuito imobiliário fortemente globalizado (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 53; BESSA, 2004).

⁴¹ A autora segue, nesse caso, a visão de Sharon Sukin (presente na obra *Landscape of power*), que entende a paisagem “não apenas no sentido usual, do entorno físico, mas como um conjunto de práticas materiais e sociais e sua representação simbólica” (FIX, 2007, p. 23).

⁴² Há um papel importante de agentes do mercado financeiro, em especial dos fundos de pensão (entidades fechadas de previdência privada que atuam também no mercado de capitais) nesse processo, especialmente na década de 1990. Fundos de pensão estiveram entre os principais investidores desses “edifícios inteligentes”, conforme relata Fix (2007, p. 46-71), chegando a ter 22% de seus investimentos no setor imobiliário. Todavia, sua participação durou pouco, em função de novas normas que limitaram a participação desses investimentos no portfólio dos fundos, originadas pela disputa de outros setores por esses recursos. Nessa época surgiram outros mecanismos de financiamento desses edifícios, como os fundos de investimento imobiliário, com funcionamento similar ao do mercado de capitais, mas que tornaram-se experiências localizadas, diferentemente dos fundos de pensão (FIX, 2007, p. 65-69).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS



No território, a finança global instala-se como a regra das regras, um conjunto de normas que escorre, imperioso, sobre a totalidade do edifício social, ignorando as estruturas vigentes, para melhor poder contrariá-las, impondo outras estruturas (SANTOS, 2000, p. 101).

Buscamos compreender, neste trabalho, a reorganização da cidade de São Paulo em suas relações com a rede urbana brasileira e também na escala intraurbana a partir do comando das finanças e da informação através do mercado de capitais. Nesse sentido, faz-se necessário mobilizar alguns conceitos e categorias. Em primeiro lugar, conforme proposição de Santos e Silveira (2006 [2001], p. 264), pode-se problematizar a ideia de que há espaços que comandam e espaços que obedecem. A centralização do comando da informação e das finanças faz de São Paulo um espaço que comanda o território brasileiro, configurando-se, assim, o que Santos (2008 [1993], p. 103) chamou de metrópole onipresente.

A partir do projeto de fazer da cidade de São Paulo um centro financeiro internacional é possível considerarmos a construção de um comando relativo de São Paulo também a outros territórios latino-americanos – embora se trate em grande parte de uma regulação delegada por outros centros verdadeiramente hegemônicos, como Nova Iorque e Chicago.

A esse respeito, devemos considerar também que o circuito da informação financeira participa do processo de alienação territorial (RIBEIRO, 2005, p. 268) no Brasil. De um lado, destaca-se a atuação das agências de *rating*, que determinam normas para a gestão e os investimentos públicos. De outro, a psicosfera de suporte à conformação dos espaços da globalização na metrópole paulistana em função de suas funções financeiras, já que as formas orientadas pelo dinheiro e pelo tempo da globalização hegemônica – como as novas áreas de centralidade de São Paulo – são a feição dos espaços alienados no território brasileiro (CATAIA, 2008, p. 349).

Observamos São Paulo como uma metrópole corporativa e fragmentada (SANTOS, 2009a [1990], p. 106), voltada à solução dos problemas das grandes firmas, e com o Estado utilizando os recursos para fomentar as atividades hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais, tendo como resultado um número cada vez maior de pobres urbanos. Todavia, cabe considerar que o uso corporativo e racional (para o grande capital) do território se confronta e se mistura com “um conjunto heterogêneo de formas e usos, técnicas e normas não funcionais às ações hegemônicas, e que se podem converter em obstáculos, resistências” (SILVA & CASTILLO, 2007, p. 49).

Assim, a metrópole não tende a homogeneizar-se a partir desse meio técnico-científico-informacional. Este é extremamente seletivo, e para sua conformação – especialmente nos países subdesenvolvidos – são utilizadas as áreas mais valorizadas ou “criadas” novas áreas, com a canalização de recursos públicos a esses subespaços. Dessa forma, os espaços da globalização são produzidos à custa da reprodução da pobreza estrutural do mundo subdesenvolvido (SILVA, 2001, p. 247).

Outrossim, como observado no caso de São Paulo, com a organização dessas áreas dinâmicas ao capital financeiro emergem muitos conflitos entre os agentes hegemônicos e os hegemonzados, atingindo sobretudo os pobres, sem teto e os que vivem do circuito inferior da economia urbana. Por outro lado, pode-se considerar que é “da intensificação dos conflitos sociais, em que a cidade é um foco candente, que se pode esperar uma tomada da consciência para restituir ao homem o domínio do fato urbano” (ISNARD, 1982, p. 117).

A contemporaneidade de São Paulo é reveladora das formas como a globalização vem sendo produzida, a serviço de poucos agentes econômicos hegemônicos, de forma seletiva no território. O projeto em andamento de transformar São Paulo em centro financeiro latino-americano vai nesse sentido e acompanha uma reorganização da metrópole paulistana cada vez mais voltada às funções financeiras, informacionais e corporativas, sob um custo social muito alto.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANBIMA. **A Anbima**. [online] Disponível em <<http://www.anbima.com.br/anbima.asp>>. Acesso em 2010.
- APIMEC. **Estatuto**. [online] Disponível em <http://www.apimec.com.br/Apimec/show.aspx?id_canal=472&id_materia=922>. Acesso em 2010a.
- APIMEC. **A Autorregulação**. [online] Disponível em <http://www.apimec.com.br/apimec/show.aspx?id_canal=186&id_materia=26964>. Acesso em 2010b.
- APIMEC. **Comunicado sobre a Instrução CVM 483**. [online] Disponível em <http://www.apimec.com.br/Apimec/show.aspx?id_canal=186&id_materia=25648>. Acesso em 2010c.
- ARROYO, Mónica. Globalização e espaço geográfico. *In: Experimental*. n. 6, pp. 15-31, mar, 1999.
- ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-Americanos: o papel das finanças. *In: LEMOS, Amália I. G.; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Mónica. Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: CLASCO: Universidade de São Paulo, 2006.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da Informação. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 8, n.4. p.2-8. out/dez. 1994.
- BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. *In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. (orgs.) Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2006.
- BESSA, Vagner de Carvalho. O setor de serviços às empresas. *In: COMIN A, SOMEKH N (orgs.) Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: EMURB – CEBRAP – CEM, 2004.
- BEST. **About BEST - Brazil Excellence in Securities Transactions**. [online] Disponível em <<http://www.cdndireto.com.br/bestbrazil/pages/about.asp>>. Acesso em 2010.
- BÉTEILLE, Roger. La révolution boursière internationale. **L'Information Géographique**, Paris, v. 55, n° 1, p. 1-10, 1991.
- BLOOMBERG. **About Bloomberg**. [online] Disponível em <<http://about.bloomberg.com>>. Acesso em 2009.
- BM&FBOVESPA. **Sobre a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros**. [online] Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br/portugues/QuemSomos.asp>>. Acesso em 2008.

- BM&FBOVESPA. **História**. [online] Disponível em <<http://bmfbovespa.com.br/portugues/Historia.asp>>. Acesso em 2009(a).
- BM&FBOVESPA. **Sinal de Informações – Revendedores Autorizados**. [online] Disponível em <<http://www.bovespa.com.br/Bovespa/SinalVendorsAutorizados.asp>>. Acesso em 2009(b).
- BM&FBOVESPA. **BM&F - WebTrading**. [online] Disponível em <<http://www.bmf.com.br/portal/pages/webtrading/webtrading.asp>>. Acesso em 2009(c).
- BM&FBOVESPA. **Evolução do ambiente de negociação eletrônica da BVMF**. Apresentação, maio/2009. São Paulo: BM&FBovespa, 2009(d).
- BM&FBOVESPA. **BM&FBovespa vai até você**. [online] Disponível em: <<http://bmfbovespavaiatevoce.com.br>>. Acesso em 2010.
- BOVESBA. **Histórico da BVRJ**. [online] Disponível em <<http://www.bovesba.com.br/bovesba.asp>>. Acesso em 2009.
- BOVESPA. **A BOVESPA - Perfil e História**. [online] Disponível em <http://www.bovespa.com.br/Bovespa/Perfil_Historia.htm>. Acesso em 2008a.
- BOVESPA. **Dicionário de Finanças**. [online] Disponível em <<http://www.bovespa.com.br/Investidor/DicionarioFinan>>. Acesso em 2008b.
- BOVMESB. **Histórico da Bolsa de Valores Minas-Espírito Santo-Brasília** [online] Disponível em <<http://www.bovmesb.com.br/historico.htm>>. Acesso em 2009.
- BRAIN. **Agenda Estratégica da Associação BRAIN**. [online] Disponível em <<http://brain.clientes.ananke.com.br/site/Agenda.aspx?lng=&p=37>>. Acesso em 2010a.
- BRAIN. **Estatuto Social da Associação BRAIN**. São Paulo: BRAIN, 2010b.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRASIL, Governo Federal – Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. **Plano Diretor do Mercado de Capitais Brasileiro**. Brasília: Governo Federal, 1991.
- BVRJ. **O Mercado de Ações e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: BVRJ, 1972.
- BVRJ. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. [online] Disponível em <<http://www.bvrj.com.br/pages/historia/historia.asp>>. Acesso em 2009.
- CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, vol. 9. n°. 1, pp. 62-82. jan./mar. 1989.
- CANUTO, Otaviano; SANTOS, Pablo F. P.. Risco soberano e prêmios de risco em economias emergentes. **Temas de Economia Internacional**, n. 01. Brasília: Ministério da Fazenda, 2003.

- CARLOS, Ana Fani A. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. *In*: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CATALA, Márcio. Crise nas Grandes Cidades: Alienações e Resistências. *In*: SOUZA, Maria Adélia. **A Metrópole e o Futuro**. Campinas: Edições Territorial, 2008.
- CENTRO VIVO, Fórum. **Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: Propostas e Reivindicações para políticas públicas**. [online] Disponível em <<http://dossie.centrovivo.org>>. 2006.
- CHESNAIS, François. Introdução Geral. *In*: CHESNAIS, François (coord.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã. 1998.
- CHESNAIS, François. **Tobin or not Tobin?** São Paulo: Ed. Unesp: ATTAC, 1999.
- CMEGROUP; BM&FBOVESPA. **O Acordo – BM&FBovespa e CME Group**. [online] Disponível em <<http://cmegroup-bmfbovespa.com/pages/port/agreement.asp>>. Acesso em 2009.
- CNB. **Mercado de capitais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- CNB. **Legislação do mercado de capitais**. [online] Disponível em <<http://cnb.org.br/html/legisla.html>>. Acesso em 2008.
- CONTEL, Fábio. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia – FFLCH/USP, São Paulo, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão e seu estudo. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 109-120, out/dez. 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985**. *In*: SCARLATO, Francisco; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; ARROYO, Mônica. **O Novo mapa do Mundo: Globalização e espaço latino-americano**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.
- COSTA, Roberto Teixeira da. **Um panorama de Mercados Emergentes – A Experiência Brasileira**. Lisboa: International Capital Market Conference, 1983.
- CVM. **Resoluções do Conselho Monetário Nacional**. [online] Disponível em <<http://cvm.gov.br/port/atos/res.asp>>. Acesso em 2008.
- CVM. **O que é bolsa de valores?** [online] Disponível em <[http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Acadêmico/EntendendooMercadodeValoresMobi](http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Acadêmico/EntendendooMercadodeValoresMobi%20li%C3%A1rios/Oque%C3%A9BolsadeValores/tabid/92/Default.aspx) liários/OqueéBolsadeValores/tabid/92/Default.aspx>. Acesso em 2009(a).
- CVM. **Mercados futuros e derivativos** [online] Disponível em <[http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Investidor/Ondeinvestir/MercadosFuturoseDeriv](http://www.portaldoinvestidor.gov.br/Investidor/Ondeinvestir/MercadosFuturoseDerivativos/tabid/173/Default.aspx) ativos/tabid/173/Default.aspx>. Acesso em 2009(b).

- CVM. **Instrução nº. 483/10.** [online] Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst483.doc>>. Acesso em 2010.
- DANTAS, Marcos. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 60, p. 5-44, 2003.
- DIAS, Leila. Redes: emergência e organização. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DIAS, Leila. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César do Costa; CORRÊA, Roberto Lobato, organizadores. **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.
- DIAS, Leila. Por que os bancos são o melhor negócio do país? Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. *In*: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (org.). **Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005b.
- DIAS, Priscilla Simone. **Território e Informação: o circuito da produção publicitária na cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado). Departamento de Geografia - IG/UNICAMP, Campinas, 2008.
- DOLLFUS, Olivier. L'espace financier et monétaire mondial. **L'espace géographique**, Paris, v. 22, nº 2, p. 97-102. 1993.
- ETTREDGE, Michael. Et al. The presentation of financial information at corporate web sites. **Information Journal of Accounting**. Information Systems 2. p. 149-168. 2001.
- FARIAS, Hélio Caetano. **O BNDES e as privatizações no uso do território brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Campinas: IG/Unicamp, 2008.
- FEBRABAN. **A Federação Brasileira dos Bancos e sua trajetória**. Disponível em <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em 2010.
- FERREIRA, Alcides. **A Força dos Pregões**. São Paulo: BM&F, 2007.
- FILGUEIRAS, Maria Luíza. Na berlinda, agências de rating se defendem. **Gazeta Mercantil**, n. 23928. São Paulo: CBM, 2008.
- FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espreiada**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **IGPs**. [online] Disponível em <http://www.fgv.br/dgd/asp/dsp_Igp.asp?cd_nin=3364>. Acesso 2009.

- FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2006 [2000].
- GALVÃO, Alexander P. A informação como *commodity*: mensurando o setor de informações em uma nova economia. **Ciência da Informação**. vol. 28, n.1, pp. 67-71. 1999.
- GHERIG, Thomas. Cities and the geography of financial centres. **CEPR Discussion Paper**, n. 1894. jun, 1998.
- GOLDFINGER, Charles. **La géofinance: pour comprendre la mutation financière**. Paris: Seuil, 1986.
- GOMES, Fátima Rocha. A Bolsa de Valores brasileira como fonte de informações financeiras. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 189 - 202, jul./dez.1997.
- GONÇALVES, Maria Eduarda. **Direito da informação: novos direitos e formas de regulação na sociedade da informação**. Coimbra: Almedina, 2003.
- IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. *In: Desafios da Comunicação*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**. [online] Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm>. Acesso em 2009.
- IBMEC. **Plano Diretor do Mercado de Capitais 2005**. CODEMEC. 2004.
- ISNARD, Hildebert. **O Espaço Geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.
- KLAGGE, B.; MARTIN, R. Decentralised versus Centralised Financial Systems; Is There a Case for Local Capital Markets? **Journal of Economic Geography**, 5, pp 387-422. 2005.
- LABASSE, Jean. **L'espace financier: analyse géographique**. Paris: Armand Colin, 1974.
- LEMONS, Amália Inês Geraiges de. São Paulo: Metrópole financeira da América do Sul. *In: CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Ariovaldo. Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 39. p. 7-20. 2008.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOPES, Alexandre Barsi; REINHARD, Nicolau. Distribuindo informação financeira online: um estudo empírico. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 31, n. 4. p. 31-43. out/dez 1996.
- LUNA, Francisco Vidal. A capital financeira do País. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.

- MALIN, Ana B. Economia e Política de Informação: novas visões da história. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 8, n.4. p. 9-18. out/dez. 1994.
- MARTINEZ, Adriana Maria Evaristo. A indústria da informação no Brasil. **Perspect. Cient. Inf.**, Belo Horizonte, v. 4. n. 2, p. 211-216. jul./dez. 1999.
- MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MANZONI NETO, Alcides. **O novo planejamento territorial: empresas transnacionais de consultoria, parcerias público-privadas e o uso do território brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Campinas: IG/Unicamp, 2007.
- MERLIN, Patrícia Stahl. **Urbanização, território e informação: a rede SEBRAE e suas espacialidades no interior paulista**. Dissertação (Mestrado). Campinas: IG/Unicamp, 2010.
- MONTALBÁN, Manuel Vásquez. **As Notícias e a Informação**. Espanha: Editora Salvat, 1979.
- MOSTAFA, Solange Puntel. As ciências da informação. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 8, n.4. p. 23-27. out/dez. 1994.
- MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações - 1982**. Brasília: Governo Federal, 1982
- MTE. **Classificação Brasileira de Ocupações - 2002**. Brasília: Governo Federal, 2002
- MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- OIT. **CIUO – Classificación Internacional Uniforme de Ocupaciones**. [online] Disponível em <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/index.htm>>. Acesso em 2010.
- PEREIRA, Evelyn. **A empresa e o lugar na globalização: a 'Responsabilidade social empresarial' no território brasileiro**. Dissertação (mestrado). FFLCH/USP, 2007.
- PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PORAT, Marc Uri. **The information economy: definition and measurement**. Washington: National Science Fondation, 1977.
- PORTEUS, David. The development of financial centres: Location, Information externalities and path dependence. In: MARTIN, R. (ed.) **Money and the space economy**. Chichester (UK): Wiley, 1999.
- PRED, Alan. **Sistemas de cidades: economia adiantada, crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PULITI, Paula. **A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil (1989-2002)**.

- Dissertação (Mestrado). São Paulo: ECA/USP, 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Outros territórios, outros mapas. **Osai**, Ano VI, n. 16, jan/abr, pp. 263-272. 2005.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**. Ano 1, n. 1, pp. 7- 13, 1999.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2006 [1996].
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1993].
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009a [1990].
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2009b [1994].
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].
- SILVA, Adriana Bernardes. **A contemporaneidade de São Paulo: Produção de informações e novo uso do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- SILVA, Adriana Bernardes. **A cidade de São Paulo e a Produção de Informações: Contribuições à Pesquisa e ao Debate**. In: Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2009.
- SILVA, Adriana Bernardes; CASTILLO, Ricardo. Dinámicas metropolitanas en la ra de la globalización: la promoción inmobiliaria para empresas en la ciudad de São Paulo. **EURE** (Santiago), v. 33, p. 45-56, 2007.
- SILVA, Paula Alexandra Gomes. As Novas Tecnologias como Veículo de Transmissão da Informação Financeira. **Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA – USP**.
- SILVEIRA, Maria Laura. Um País, Uma Região - Fim de Século e Modernidades na Argentina. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP, 1997a.
- SILVEIRA, Maria Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Experimental**, São Paulo, ano 1, n. 2, pp. 35-45. mar./1997b.
- SOARES, Carla A. F.. **Da possibilidade de regulação das agências de rating no Brasil**. Monografia. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 2005.
- SOUZA, Terezinha. Fontes de informação financeira. **Perspect. Cient. Inf.**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 175-188. jul./dez. 1997.
- SOUZA, Terezinha F. C.; BORGES, Mônica E. N. Fontes de informação financeira no Brasil.

Ciência da Informação, v. 28, nº. 1, 1999.

TOMELIN, Mário. **O quaternário: seu espaço e poder**. Brasília, Editora UNB: 1988.

TOURINHO, Andréa O. Centro e centralidade: uma questão recente. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo U.; CARLOS, Ana Fani A. (orgs.) **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

TOZI, F. **As privatizações e a viabilização do território como recurso**. Dissertação (Mestrado). Campinas: IG/Unicamp, 2005.

WARF, Barney. Telecommunications and the Globalization of Financial Services. **The Professional Geographers**. v. 41, n. 3, pp. 257-271, 1989.

WHITAKER FERREIRA, João Sette. **O mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

WÓJCIK, Dariusz. Geography and the Future of Stock Exchanges: Between Real and Virtual Space. **Growth and Change**. v. 38, n. 2, jun, 2007.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do Mercado Financeiro e de Capitais**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.